



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, setembro/2010

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**SECRETÁRIO-ADJUNTO**

André Luiz Barreto de Paiva Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Felipe Palmeira Bardella

**EQUIPE**

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 16, n. 8 (ago. 2010). – Brasília : STN, 1995\_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

---

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em agosto foi superavitário em R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 842,5 milhões em julho. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 5,4 bilhões e R\$ 85,5 milhões, respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central em agosto de 2010 foi superavitário em R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 842,5 milhões em julho.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUL 2010	AGO 2010	JAN-AGO 2009	2010
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>68.560,5</b>	<b>69.809,4</b>	<b>462.503,6</b>	<b>537.452,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>51.523,0</b>	<b>52.281,3</b>	<b>350.472,4</b>	<b>407.130,7</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	54.015,3	54.210,5	357.458,2	415.824,1
I.1.2. (-) Restituições	-2.492,3	-1.929,2	-6.931,0	-8.594,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-54,8	-98,6
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>110.652,5</b>	<b>128.833,4</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	16.454,8	16.904,0	107.662,4	125.752,1
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	389,6	426,6	2.990,1	3.081,4
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>	<b>1.378,7</b>	<b>1.488,7</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>	<b>82.553,4</b>	<b>89.729,9</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>59.996,7</b>	<b>57.801,3</b>	<b>379.950,2</b>	<b>447.722,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>59.154,2</b>	<b>53.800,9</b>	<b>356.518,5</b>	<b>418.009,8</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>39.505,0</b>	<b>30.771,6</b>	<b>214.585,2</b>	<b>256.693,9</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	15.787,9	12.904,9	97.934,9	106.883,6
IV.1.2. Custeio e Capital	23.616,7	17.763,9	115.923,1	149.028,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	5.311,8	3.323,8	18.370,2	19.662,5
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	328,2	374,7	1.603,9	5.725,1
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.893,8	1.869,8	12.431,0	14.673,3
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	16.082,7	12.195,6	83.518,0	108.967,9
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	11.570,2	9.374,7	66.252,3	81.002,4
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	4.512,5	2.821,0	17.265,7	27.965,4
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	100,4	102,8	727,3	781,4
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>140.213,7</b>	<b>159.410,2</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.540,8	17.672,8	112.217,0	127.100,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.869,2	5.073,4	27.996,7	32.310,1
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>	<b>1.719,6</b>	<b>1.905,8</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>842,5</b>	<b>4.000,4</b>	<b>23.431,7</b>	<b>29.713,1</b>
VI.1. Tesouro Nacional	3.454,2	9.501,5	53.333,8	60.706,9
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.565,6	-5.415,6	-29.561,2	-30.576,8
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	914,0	-768,8	-4.554,6	-1.348,0
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.479,6	-4.646,8	-25.006,6	-29.228,8
VI.3. Banco Central (6)	-46,1	-85,5	-340,9	-417,1
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>1,16%</b>	<b>1,29%</b>

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve incremento de R\$ 195,1 milhões (0,4%), passando de R\$ 54,0 bilhões em julho para R\$ 54,2 bilhões em agosto. Essa evolução decorreu principalmente: i) da redução de R\$ 2,6 bilhões do IRPJ e de R\$ 1,4 bilhão da CSLL, em virtude do pagamento, em julho, da

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Receita Total	462.503,6	537.452,8
Transferências	82.553,4	89.729,9
Receita Líquida	379.950,2	447.722,9
Despesa Total	356.518,5	418.009,8
<b>Resultado Primário</b>	<b>23.431,7</b>	<b>29.713,1</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/10	AGO/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.648,2	8.788,5
CIDE-Combustíveis	388,7	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	1.364,5	3.057,1
<b>Total</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

*Os gastos com pessoal e encargos sociais reduziram-se R\$ 2,9 bilhões em agosto, devido ao adiantamento da parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal, paga em julho.*

1ª cota ou cota única desses tributos referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho; ii) da redução de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações decorrente do pagamento trimestral, no mês de julho, de royalties relativos à exploração de petróleo; e iii) do incremento de R\$ 5,9 bilhões na arrecadação de dividendos, incluindo R\$ 3,0 bilhões relativos ao BNDES; R\$ 1,4 bilhão referente à cessão onerosa de crédito da Eletrobrás conforme MP nº 500/2010 e R\$ 1,1 bilhão da Caixa.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 12,0 bilhões em agosto, contra R\$ 8,6 bilhões no mês anterior, registrando crescimento de 40,2%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 8,8 bilhões, com crescimento de 32,2% frente a julho, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de julho, que repercutiu nas transferências de agosto. As demais transferências cresceram R\$ 1,7 bilhão, o que é explicado, em parte, pelo aumento de R\$ 1,3 bilhão nos repasses de royalties, reflexo do recolhimento trimestral apurado pela União em julho e transferido em agosto.

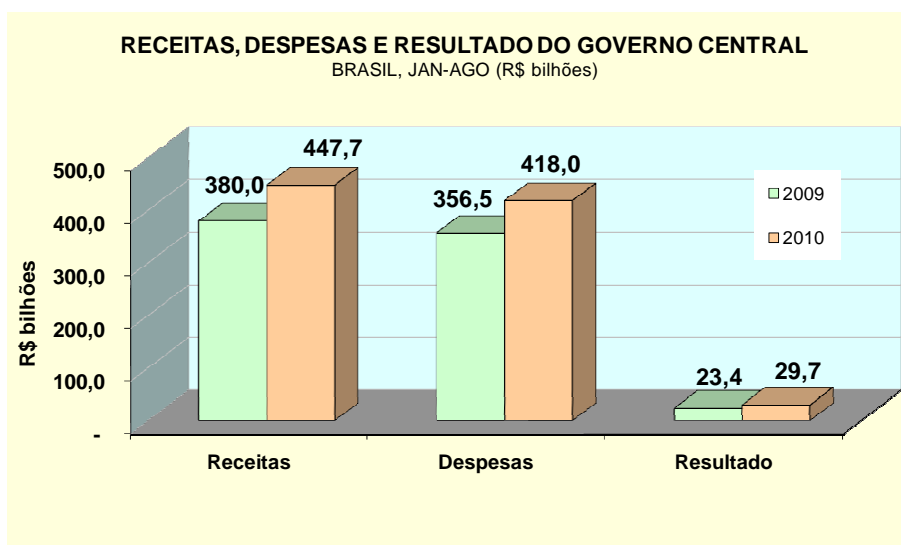
Do lado dos dispêndios, verificou-se queda de R\$ 8,7 bilhões (22,1%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a julho. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 12,9 bilhões (redução de R\$ 2,9 bilhões), decorrente do adiantamento da parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal ocorrida em julho. As despesas discricionárias reduziram-se R\$ 3,6 bilhões, com destaque para as diminuições dos gastos dos ministérios da Saúde (R\$ 731,4 milhões), Defesa (R\$ 573,6 milhões) e Educação (R\$ 326,3 milhões). As despesas do FAT reduziram R\$ 2,0 bilhões, em função do menor desembolso com abono e seguro-desemprego em relação ao mês anterior. Esse desempenho observa o calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010. As despesas no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC reduziram-se em R\$ 332,8 milhões.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 5,4 bilhões, contra déficit de R\$ 2,6 bilhões apurado em julho. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 486,2 milhões, enquanto os benefícios previdenciários cresceram R\$ 3,3 bilhões. Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência e pelo pagamento do reajuste de 7,72% para os benefícios mantidos pela Previdência Social em valor superior ao salário mínimo, retroativo a 1º de janeiro de 2010, conforme estabelecido pela Lei nº 12.254/2010. Dessa forma, o dispêndio de agosto cobriu não apenas o valor dos benefícios referentes a julho, devidamente reajustado, mas também as parcelas de reajuste relativas a todos os meses do período entre janeiro e junho de 2010. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 768,8 milhões no mês, contra superávit de R\$ 914,0

milhões em julho. O déficit da parcela rural passou de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 4,6 bilhões.

No acumulado de janeiro a agosto, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 29,7 bilhões (1,29% do PIB), contra R\$ 23,4 bilhões (1,16% do PIB) registrados em igual período de 2009 (aumento de 0,13 p.p.). Em relação ao PIB, as receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram elevação de 0,64 p.p., enquanto as despesas totais elevaram-se em 0,51, p.p.

*No acumulado até agosto de 2010, o Governo Central apresentou superávit equivalente a 1,29% do PIB, 0,13 p.p. superior ao mesmo período de 2009.*



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 58,4 bilhões (16,3%) relativamente ao acumulado até agosto de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) incremento de R\$ 16,3 bilhões (22,6%) na Cofins e de R\$ 3,6 bilhões (18,4%) no PIS-Pasep, refletindo o crescimento no volume de vendas em 2010, a compensação de débitos ocorrida em 2009, e as desonerações concedidas no ano passado; ii) aumento na arrecadação do IPI (R\$ 5,9 bilhões), do IOF (R\$ 4,8 bilhões) e da CIDE-Combustíveis (R\$ 2,7 bilhões), refletindo alterações na legislação tributária e, adicionalmente, no caso da CIDE, a compensação de débitos ocorrida em 2009; iii) crescimento de R\$ 5,7 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iv) aumento de R\$ 3,7 bilhões em Outras Receitas em consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

As Transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 7,2 bilhões (8,7%) entre janeiro e agosto de 2010, frente a igual período de 2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são o incremento dos repasses de tributos compartilhados por União, Estados e Municípios (R\$ 4,3 bilhões) e os re-

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	2,63%	2,63%
Previdência Social	-1,46%	-1,32%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>1,16%</b>	<b>1,29%</b>

passes de royalties e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 3,4 bilhões). Por outro lado, no acumulado do ano, os repasses referentes à Lei Complementar nº 115/2002 apresentaram-se R\$ 1.950,0 milhões inferiores aos de 2009. Esse comportamento se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho de 2009 sob o amparo da Lei nº 12.087/2009.

No acumulado até agosto de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 42,1 bilhões (19,6%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 8,9 bilhões (9,1%) nas despesas de pessoal e encargos sociais, efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 15,8 bilhões, com aumentos principalmente nos Ministérios da Educação (R\$ 4,9 bilhões), da Defesa (R\$ 2,6 bilhões), da Saúde (R\$ 2,5 bilhões), e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,2 bilhões); iii) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram R\$ 15,5 milhões em 2010 contra R\$ 4,2 bilhões em 2009; iv) aumento de R\$ 3,7 bilhões nos créditos extraordinários; e v) aumento de R\$ 2,2 bilhões nas despesas com LOAS e RMV, explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IFI/outros)	3,08%	2,89%
CIDE - Combustíveis	0,03%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,16%	0,06%
Demais	0,80%	0,88%
<b>Total</b>	<b>4,07%</b>	<b>3,88%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

*Os investimentos totais cresceram 62,0% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 53,9%.*

Cumprе salientar o incremento de R\$ 10,7 bilhões (62,0%) dos investimentos totais até agosto de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 4,2 bilhões (53,9%) das despesas relativas a empreendimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em R\$ 1,0 bilhão (3,4%) relativamente ao período de janeiro a agosto de 2009, alcançando R\$ 30,6 bilhões frente aos R\$ 29,6 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 18,2 bilhões (16,4%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 19,2 bilhões (13,7%). Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,13 p.p. no déficit previdenciário.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 1,3 bilhão, que corresponde a 4,4% do déficit total do regime, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 29,2 bilhões (95,6% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 54,2 bilhões em agosto contra R\$ 54,0 bilhões verificados em julho (aumento de 0,4%). Este comportamento é explicado pelos decréscimos de R\$ 1,9 bilhão (7,5%) nas receitas de impostos e de R\$ 934,5 milhões (4,5%) nos ingressos decorrentes de contribuições, compensados pelo acréscimo de R\$ 3,0 bilhões (35,5%) nas demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 23,0 bilhões e as de contribuições R\$ 19,8 bilhões em agosto, apresentando, em seu conjunto, decréscimo de R\$ 2,8 bilhões (6,1%) em relação aos valores apurados em julho. Essa evolução reflete, principalmente, o decréscimo sazonal de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação de IRPJ e de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação da CSLL, devido ao pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada em junho/2010. As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 3,0 bilhões, influenciada: i) pelo crescimento de R\$ 5,9 bilhões na arrecadação de dividendos, incluindo R\$ 3,0 bilhões relativos ao BNDES; R\$ 1,4 bilhão referente à cessão onerosa de crédito da Eletrobrás conforme MP nº 500/2010 e R\$ 1,1 bilhão da Caixa; e ii) pela queda de R\$ 2,6 bilhões na cota-parte de compensações financeiras, decorrente do pagamento trimestral de *royalties* relativos à exploração de petróleo, no mês de julho.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,00% do PIB nos primeiros oito meses de 2010, dos quais 8,17% correspondem à arrecadação de impostos, 6,84% às contribuições e 2,99% às demais receitas.

Comparada ao mesmo período de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 58,4 bilhões (16,3%), passando de R\$ 357,5 bilhões para R\$ 415,8 bilhões. Esse crescimento deveu-se, fundamentalmente, à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) incremento de R\$ 16,3 bilhões (22,6%) na Cofins e de R\$ 3,6 bilhões (18,4%) no PIS-Pasep, devido: i) ao crescimento de 14,2% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a julho de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) ao depósito judicial e acréscimos legais, no valor de R\$ 395,5 milhões, no mês de fevereiro de 2010; iii) à compensação de pagamentos indevidos ou a maior, nos oito primeiros meses de 2009; e iv) às desonerações (principalmente antecipação de aproveitamento de créditos) promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou elevação de 0,4% relativamente ao mês anterior.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	JUL/10	AGO/10
<b>Impostos</b>	<b>24.891,6</b>	<b>23.030,2</b>
Imposto de Renda	17.727,4	15.243,5
IPI	3.181,7	3.504,3
Outros	3.982,4	4.282,3
<b>Contribuições</b>	<b>20.700,8</b>	<b>19.766,3</b>
Cofins	11.203,9	11.508,6
CPMF	16,1	8,7
CSLL	4.678,3	3.302,1
Cide - Combustíveis	682,0	700,0
Outras	4.120,5	4.246,8
<b>Demais</b>	<b>8.423,0</b>	<b>11.414,1</b>
Cota parte	3.670,1	1.087,7
Diretamente Arrecadada	1.960,9	1.955,4
Dividendos da União	934,2	6.795,1
Concessões	54,0	14,9
Outras	1.803,8	1.561,0
<b>Total Bruto</b>	<b>54.015,3</b>	<b>54.210,5</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

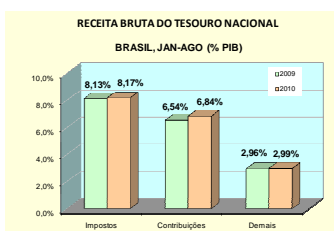
*Nos primeiros oito meses de 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no período.*



**RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL**  
 BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2009	2010
<b>Impostos</b>	<b>8,13%</b>	<b>8,17%</b>
Imposto de Renda	6,11%	5,81%
IPI	0,92%	1,06%
Outros	1,10%	1,30%
<b>Contribuições</b>	<b>6,54%</b>	<b>6,84%</b>
Cofins	3,56%	3,83%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,45%	1,34%
Cide - Combustíveis	0,11%	0,22%
Outras	1,41%	1,45%
<b>Demais</b>	<b>2,96%</b>	<b>2,99%</b>
Cota parte	0,59%	0,76%
Diretamente Arrecadada	0,82%	0,79%
Dividendos da União	0,90%	0,73%
Concessões	0,08%	0,02%
Outras	0,56%	0,68%
<b>Total Bruto</b>	<b>17,63%</b>	<b>18,00%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



- b) incremento de R\$ 5,9 bilhões (31,6%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI-Automóveis, decorrente do aumento de 2,7% no volume de vendas de veículos de dezembro/2009 a julho/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior e do fim da redução temporária das alíquotas deste imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI-Fumo, em função da mudança do prazo de apuração e recolhimento, de decendial para mensal, estabelecida pela Lei nº 11.933/2009, em maio de 2009, e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas, conforme Decreto nº 6.809/2009, em junho de 2009; iii) IPI-Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 47,3% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 6,0% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado e a redução de 15,4% na taxa média de câmbio; e iv) IPI-Outros, devido ao crescimento de 15,4% na produção industrial no acumulado de dezembro/2009 a julho/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009, bem como em função das desonerações tributárias instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/2009 e 7.060/2009, principalmente para caminhões, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos.
- c) crescimento de R\$ 4,8 bilhões (40,4%) na arrecadação do IOF, refletindo: i) o aumento da alíquota para 2,0% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983/2009 e 7.011/2009; e ii) o crescimento de 16,4% no volume das operações de crédito.
- d) crescimento de R\$ 4,4 bilhões (7,5%) no IRRF, devido: i) à elevação de R\$ 4,3 bilhões (12,6%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 11,5% da massa salarial habitual nos meses de dezembro/2009 a julho/2010, em relação ao mesmo período de 2008/2009, e da alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei nº 11.945/2009; ii) ao crescimento de R\$ 427,3 milhões (11,3%) no IRRF – Outros Rendimentos; iii) ao aumento de R\$ 98,8 milhões (1,5%) no IRRF – Remessas ao Exterior; e iv) à redução de R\$ 405,8 milhões (2,8%) do IRRF – Rendimentos do Capital, influenciada pela queda de arrecadação nas operações de *swap* (66,7%).
- e) crescimento de R\$ 4,3 bilhões (7,8%) no IRPJ e de R\$ 1,5 bilhão (5,2%) na CSLL, cujo desempenho acumulado ainda está bastante influenciado pelo pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e reflete o desempenho da economia no ano de 2009. Cumpre destacar que os resultados da arrecadação por estimativa das instituições financeiras encontram-se influenciados por pagamentos extraordinários de R\$ 2,0 bilhões realizados em abril e julho de 2009. Observou-se também significativo aumento na arrecadação do lucro presumido, decorrente da elevação do volume de vendas de dezembro a junho.
- f) elevação de R\$ 2,9 bilhões (28,5%) no Imposto de Importação (II), decorrente principalmente da conjugação dos seguintes fatores: i) elevação de 47,3% no



valor em dólar (volume) das importações; ii) aumento de 4,0% na alíquota média efetiva do II; e iii) redução de 15,4% na taxa média de câmbio.

- g) crescimento de R\$ 2,7 bilhões (115,3%) na CIDE-Combustíveis, devido a: i) compensações realizadas em 2009; e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto nº 6.875/2009.
- h) crescimento de R\$ 1,6 bilhão (15,3%) na arrecadação de IRPF, refletindo: i) o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos do ajuste de IRPF/2010, ano-base 2009; e ii) o crescimento do item ganhos líquidos em bolsa, decorrente de operação de fiscalização, por parte da Receita Federal do Brasil, focada nas pessoas físicas com indício de irregularidade nas operações em bolsa de valores.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 9,1 bilhões (15,1%), em relação aos primeiros oito meses de 2009, decorrente: i) do acréscimo de R\$ 5,7 bilhões (47,2%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo; ii) do crescimento de R\$ 3,7 bilhões (64,9%) em outras receitas, como consequência, principalmente, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009; iii) do crescimento de R\$ 1,6 bilhão (9,6%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas; iv) da redução de R\$ 1,5 bilhão (8,1%) nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos; e v) da redução de R\$ 1,1 bilhão (68,6%) nas receitas oriundas de concessões, explicada pelo recolhimento, em maio de 2009, de R\$ 699,1 milhões, referentes à 2ª parcela do ônus relativo à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias, e de R\$ 461,9 milhões, relativos ao pagamento da 2ª parcela do leilão (realizado em outubro de 2007) de subconcessão de trecho da Ferrovia Norte-Sul, ambos sem correspondência em 2010.

Em agosto, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 12,0 bilhões, contra R\$ 8,6 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 40,2%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 8,8 bilhões, com aumento de R\$ 2,1 bilhão (32,2%) frente a julho, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), no terceiro decêndio de julho, com reflexo nas transferências de agosto.

Em relação aos primeiros oito meses de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 7,2 bilhões (8,7%), elevando-se de R\$ 82,6 bilhões em 2009 para R\$ 89,7 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) o crescimento de R\$ 4,3 bilhões (6,9%)

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
<b>Demais</b>	<b>59.978,9</b>	<b>69.057,3</b>
Cota parte	12.004,0	17.668,3
Plano do Servidor (CPSS)	5.606,4	6.265,4
Diretamente Arrecadada	16.715,1	18.326,7
Dividendos da União	18.235,9	16.763,6
Concessões	1.648,7	518,2
Outras	5.768,7	9.515,1

## Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jul	Ago
Terceiro Decêndio	7.591,1	11.464,6
Primeiro Decêndio	1.717,8	1.805,7
Segundo Decêndio	5.060,3	5.350,0
<b>Total</b>	<b>14.369,2</b>	<b>18.620,3</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/10	AGO/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	6.648,2	8.788,5
CIDE-Combustíveis	388,7	-
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	162,5	162,5
Demais	1.364,5	3.057,1
<b>Total</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>

<sup>1</sup>Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,08%	2,89%
CIDE - Combustíveis	0,03%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,16%	0,06%
Demais	0,80%	0,88%
<b>Total</b>	<b>4,07%</b>	<b>3,88%</b>

<sup>1</sup>Inclui auxílio financeiro

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESAPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/10	AGO/10
Pessoal e Encargos	15.787,9	12.904,9
Custeio e Capital	23.616,7	17.763,9
Despesas do FAT	5.311,8	3.323,8
Subsídios e Subvenções	328,2	374,7
LOAS/RMV	1.893,8	1.869,8
Outras	16.082,7	12.195,6
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>

<sup>1</sup>Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	JUL/10	AGO/10
<b>Agricultura</b>	<b>181,6</b>	<b>123,0</b>
Custeio Agropecuário	5,8	5,1
Investimento Rural	1,0	-13,5
Preços Agrícolas	124,6	91,4
- EGF	0,3	0,3
- AGF	33,1	11,1
- Sudent. de preços	91,2	80,0
Pronaf	15,3	31,7
Pesa	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	34,6	7,7
FUNCAFÉ	0,3	0,7
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>-39,6</b>	<b>-16,4</b>
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-3,1	-5,2
Exportação (Proex)	-36,5	-11,1
<b>Total</b>	<b>142,1</b>	<b>106,7</b>

<sup>1</sup>Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2010 comparativamente a 2009; ii) o crescimento de R\$ 3,4 bilhões (44,8%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iii) o crescimento de R\$ 740,4 milhões (133,2%) nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009); iv) o aumento de R\$ 476,4 milhões (12,2%) nas transferências do salário-educação; v) a elevação de R\$ 414,1 milhões (39,0%) em outras transferências; e vi) a redução de R\$ 1.950,0 milhões (60,0%) nas transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002, devido ao auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho de 2009, sob o amparo da Lei nº 12.087/2009, sem equivalente em 2010.

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 30,8 bilhões, contra R\$ 39,5 bilhões no mês anterior, com redução de R\$ 8,7 bilhões (22,1%). As principais variações em relação ao mês anterior foram: i) redução de R\$ 5,9 bilhões (24,8%) nas despesas de Custeio e Capital; e ii) redução de R\$ 2,9 bilhões (18,3%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

A redução nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais em R\$ 2,9 bilhões, em relação ao mês anterior, é reflexo pagamento relativo ao adiantamento da primeira parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal ocorrido no mês de julho.

Os gastos totais com custeio e capital reduziram R\$ 5,9 bilhões (24,8%), dos quais R\$ 2,0 bilhões relativos às despesas do FAT (redução de 37,4%). As outras despesas de custeio e capital diminuíram R\$ 3,9 bilhões (24,2%), enquanto os gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas reduziram-se em R\$ 46,5 milhões (14,2%). As despesas com LOAS diminuíram R\$ 24,1 milhões (1,3%), atingindo R\$ 1,9 bilhão.

No caso das despesas do FAT, verificou-se dispêndio de R\$ 3,3 bilhões em agosto, contra gastos de R\$ 5,3 bilhões em julho. A variação do desembolso do FAT no mês de agosto em relação ao mês anterior se refere basicamente ao pagamento da primeira parcela do abono salarial, que se destaca em função do depósito em folha e de convênios de pagamento. Houve desembolso de R\$ 1,7 bilhão com abono salarial contra R\$ 3,5 bilhões no mês anterior, enquanto as despesas com seguro-desemprego reduziram em R\$ 197,9 milhões (11,0%). Esse desempenho observa o calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2010/2011 (ju-

lho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a variação das despesas decorreu, principalmente, da execução dos Preços Agrícolas, com variação negativa de R\$ 33,2 milhões (26,7%), destacando-se os Programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF, com redução de R\$ 22,0 milhões (66,5%); e ii) de Sustentação de Preços, com redução de R\$ 11,2 milhões (12,3%). Também registraram redução: i) o Fundo da Terra/Incrá no valor de R\$ 26,9 milhões (77,8%), e ii) Programa de Financiamento às Exportações – Proex, em R\$ 25,4 milhões (69,6%). Em contrapartida, houve acréscimo de R\$ 60,8 milhões (32,6%) no desempenho dos Fundos Regionais.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, a redução de R\$ 3,9 bilhões (24,2%) concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, com queda de R\$ 3,6 bilhões (27,5%), e no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de R\$ 332,8 milhões (20,5%). Dentre as despesas discricionárias, destacaram-se a redução nos dispêndios dos Ministérios: i) Saúde (R\$ 731,4 milhões, 15,0%); ii) Defesa (R\$ 573,6 milhões, 46,3%); iii) Educação (R\$ 326,3 milhões, 16,1%); e iv) Desenvolvimento Agrário (R\$ 279,4 milhões, 71,7%).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,11% do PIB até agosto de 2010, contra 10,58% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 42,1 bilhões (19,6%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 33,1 bilhões (28,6%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 8,9 bilhões (9,1%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,20 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,83% em 2009, para 4,63% em 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 8,9 bilhões, sendo que houve acréscimo de 10,6 % no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de 11,5 % no Poder Executivo. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 4,0 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 5,5 bilhões no mesmo período de 2009.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,72% para 6,45% do PIB (aumento de 0,73 p.p.), explicadas por: i) incremento de 0,60 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’; ii) aumento em 0,17 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) aumento de 0,02 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e iv) redução de 0,05 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL/10	AGO/10
Sentenças Judiciais	40,8	44,0
Legislativo	92,1	103,3
Judiciário	465,4	484,5
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	837,9	818,5
PAC <sup>2</sup>	1.623,6	1.290,8
Outras <sup>3</sup>	123,8	107,5
Discricionárias	12.899,2	9.347,0
d/c Min. da Saúde	4.887,4	4.156,0
Min. do Des. Social	1.397,5	1.280,9
Min. da Educação	2.030,9	1.704,6
Min. da Defesa	1.238,3	664,7
Min. da Ciência e Tec.	542,5	357,7
Min. do Des. Agrário	389,8	110,5
Min. da Justiça	287,1	199,9
Min. da Previdência	174,0	186,6
Min. dos Transportes	25,1	49,7
Min. das Cidades	176,5	42,2
Demais	1.750,0	594,2
<b>Total</b>	<b>16.082,7</b>	<b>12.195,6</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.  
<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12.053/2009.  
<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>10,58%</b>	<b>11,11%</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,83%</b>	<b>4,63%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>5,72%</b>	<b>6,45%</b>
Despesas do FAT	0,91%	0,85%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,08%	0,24%
LOAS/RMV	0,61%	0,64%
Outras	4,12%	4,72%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,03%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2009	2010
<b>Agricultura</b>	<b>3.170,0</b>	<b>3.476,6</b>
Custeio Agropecuário	188,6	35,9
Investimento Rural	-115,0	-1,8
Preços Agrícolas	1.795,6	2.288,3
- EGF	11,2	88,3
- AGF	1.114,7	1.252,4
- Sustent. de preços	669,7	947,6
Pronaf	498,2	275,2
Pesa	254,6	226,1
Cacau	0,7	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	470,5	582,4
FUNCAFÉ	44,0	70,5
Revitaliza	32,8	0,0
<b>Outros</b>	<b>-3.995,9</b>	<b>-188,6</b>
Habitação (PSH)	178,7	0,0
FND	-4.238,6	-15,5
Exportação (Proex)	64,0	-173,2
<b>Total</b>	<b>-825,9</b>	<b>3.288,0</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos  
<sup>2</sup> Dados revisados

As despesas do FAT atingiram R\$ 19,7 bilhões nos oito primeiros meses de 2010, contra R\$ 18,4 bilhões em igual período do ano anterior, com crescimento de 7,0%. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

*Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,20 p.p. em relação ao PIB no acumulado de 2010 relativamente a igual período de 2009.*

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 5,7 bilhões em 2010, contra R\$ 1,6 bilhão no mesmo período de 2009. Esta variação decorreu, em grande medida, devido à redução dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 15,5 milhões em 2010, contra R\$ 4,2 bilhões em 2009. Adicionalmente, no período, houve elevação das despesas dos seguintes Programas: i) Sustentação de Preços (R\$ 278,0 milhões); ii) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 137,8 milhões); e iii) Fundo da Terra/Incrá (R\$ 111,9 milhões). Por outro lado, registrou-se redução nos seguintes Programas: i) de Exportação (PROEX) em R\$ 237,2 milhões; ii) Pronaf (R\$ 223,0 milhões); iii) Habitação (PSH) (R\$ 178,7 milhões); e iv) Custeio Agropecuário (R\$ 152,7 milhões).

*Em 2010, os gastos com investimentos totais do governo federal totalizaram R\$ 28,0 bilhões, incremento de 62,0% em relação ao exercício de 2009.*

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,2 bilhões (18,0%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% nos oito primeiros meses de 2010 relativamente a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
ago/01	1.268.596	-	433.147	-	835.449	-
ago/02	1.415.860	12%	511.724	18%	904.136	8%
ago/03	1.609.090	14%	615.004	20%	994.086	10%
ago/04	1.836.724	14%	776.790	26%	1.059.934	7%
ago/05	2.138.481	16%	981.309	26%	1.157.172	9%
ago/06	2.356.821	10%	1.112.434	13%	1.244.388	8%
ago/07	2.538.216	8%	1.219.547	10%	1.318.670	6%
ago/08	2.766.385	9%	1.337.405	10%	1.428.979	8%
ago/09	3.015.609	9%	1.467.925	10%	1.547.684	8%
ago/10	3.250.636	8%	1.569.584	7%	1.681.052	9%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 25,4 bilhões (30,5%) nos primeiros oito meses de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se: i) os gastos discricionários, com aumento de R\$ 15,8 bilhões (23,4%);

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.678,4	2.208,9
Legislativo/Judiciário	3.585,9	4.184,4
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	1.939,9	5.644,3
PAC <sup>2</sup>	7.732,4	11.896,7
Outras <sup>3</sup>	929,2	1.531,8
Discricionárias	67.652,2	83.501,7
d/q Min. da Saúde	31.733,8	34.269,1
Min. do Des. Social	9.026,7	11.186,9
Min. da Educação	7.401,9	12.277,2
Min. da Defesa	4.874,4	7.432,7
Min. da Ciência e Tec.	2.177,8	2.793,7
Min. do Des. Agrário	1.243,0	1.617,0
Min. da Justiça	1.526,7	1.987,0
Min. da Previdência	972,5	1.348,3
Min. dos Transportes	626,3	699,7
Min. das Cidades	541,6	814,8
Demais	7.527,6	9.075,3
<b>Total</b>	<b>83.518,0</b>	<b>108.967,9</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Programa de Aceleração do Crescimento.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

ii) o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 4,2 bilhões (53,9%); iii) os Créditos Extraordinários, com aumento de R\$ 3,7 bilhões (191,0%); e iv) os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com incremento de R\$ 497,4 milhões (154,9%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 4,9 bilhões), da Defesa (R\$ 2,6 bilhões), da Saúde (R\$ 2,5 bilhões), e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,2 bilhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 28,0 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 10,7 bilhões (62,0%) em relação ao ano de 2009.

O montante pago de restos a pagar (RP) nos primeiros oito meses de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 17,2 bilhões, equivalentes a 44,2% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 38,7% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 7,9 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 31,4% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,0 bilhões), da Saúde (R\$ 3,7 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,1 bilhões), destacando os Projetos de Implantação, Construção e Reforma de Campus Universitários (R\$ 434,4 milhões); Readequação das Universidades Federais – Reuni (R\$ 374,6 milhões); Reestruturação, Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 233,7 milhões); Construção, Implantação e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares (R\$ 126,8 milhões); Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 198,9 milhões); e Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (R\$ 173,0 milhões).

Em agosto, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,4 bilhões contra um déficit de R\$ 2,6 bilhões em julho (elevação de 111,1%). Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência e pelo pagamento de reajuste a benefícios mantidos pela Previdência, retroativo a 1º de janeiro de 2010, conforme a Lei nº 12.254/2010. Nos dois primeiros quadrimestres do ano, registrou-se um incremento do déficit de R\$ 1,0 bilhão (3,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior.



## Previdência Social



**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2010	2010	2009	2010
<b>I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>110.652,5</b>	<b>128.833,4</b>
Arrecadação Bruta	18.589,3	19.111,7	123.507,7	143.529,8
- Contribuição Previdenciária	16.802,0	17.307,4	113.356,5	129.749,9
- Simples	1.615,2	1.628,2	8.030,9	11.997,9
- CFT	46,8	19,1	481,6	355,9
- Depósitos Judiciais	113,6	145,2	1.482,4	1.340,3
- Refis	11,7	11,8	156,4	85,9
(-) Restituição/Devolução	-59,0	-51,2	-356,3	-388,4
(-) Transferências a Terceiros	-1.685,9	-1.729,8	-12.498,9	-14.308,0
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>140.213,7</b>	<b>159.410,2</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-2.565,6</b>	<b>-5.415,6</b>	<b>-29.561,2</b>	<b>-30.576,8</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,46%</b>	<b>-1,32%</b>

*Em agosto de 2010, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 5,4 bilhões, contra R\$ 2,6 bilhões registrados no mês anterior.*

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 17,3 bilhões em agosto, apresentando crescimento de R\$ 486,2 milhões (2,9%) frente aos ingressos líquidos de julho. Em relação aos primeiros oito meses de 2009, a arrecadação líquida apresentou um aumento de R\$ 18,2 bilhões (16,4%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e julho de 2010 foi 11,5% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

As despesas com benefícios alcançaram o valor de R\$ 22,7 bilhões em agosto, apresentando um crescimento de R\$ 3,3 bilhões (17,2%) em relação a julho. Essa elevação se explica sobretudo por duas razões: (i) pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 7.264, de 12 de agosto de 2010, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo, bem como a totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo, receberão no mês seguinte (setembro) essa parcela antecipada do abono anual; (ii) pagamento, retroativo a 1º de janeiro de 2010, do reajuste de 7,72% para os benefícios mantidos pela Previdência Social em valor superior ao salário mínimo, conforme estabelecido pela Lei nº 12.254, de 15 de junho de 2010. Dessa forma, o dispêndio de agosto cobriu não apenas o valor dos benefícios referentes a julho, devidamente reajustado, mas também as parcelas de reajuste relativas a todos os meses do período entre janeiro e junho de 2010. Cumpre destacar que este índice é superior ao patamar de 6,14% fixado anteriormente pela Medida Provisória nº 475/2009, que deu origem à mencionada Lei. O pagamento retroativo fez-se ne-

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-AGO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	110.652,5	128.833,4	16,4%
Urbano	107.662,4	125.752,1	16,8%
Rural	2.990,1	3.081,4	3,1%
Benefícios	140.213,7	159.410,2	13,7%
Urbano	112.217,0	127.100,0	13,3%
Rural	27.996,7	32.310,1	15,4%
<b>Res. Primário</b>	<b>-29.561,2</b>	<b>-30.576,8</b>	<b>3,4%</b>
Urbano	-4.554,6	-1.348,0	-70,4%
Rural	-25.006,6	-29.228,8	16,9%

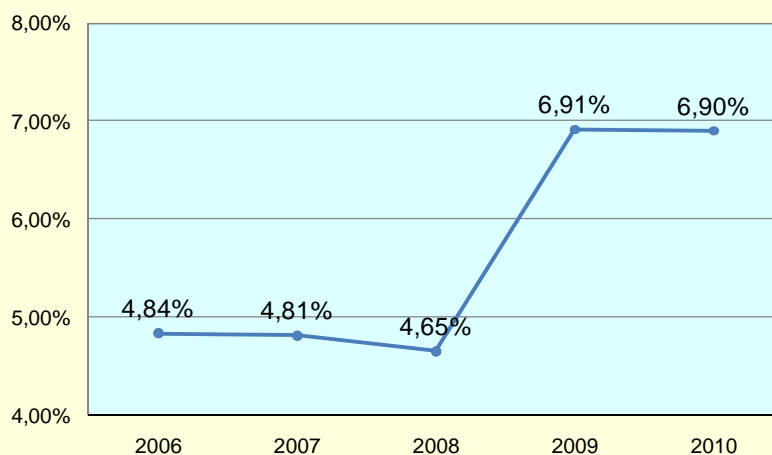
cessário devido à diferença entre os dois índices. Comparativamente aos dois primeiros quadrimestres de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 19,2 bilhões (13,7%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 85,91 (8,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 703,0 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais entre janeiro e agosto de 2010 registrou um aumento de R\$ 670,0 milhões (13,2%) em relação ao mesmo período de 2009.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a agosto de cada ano. Verifica-se que em 2006 esses gastos correspondiam a 4,84% do PIB; em 2010, correspondem a 6,90%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,44 ponto percentual do PIB por ano.

*Nos primeiros oito meses do ano, o déficit previdenciário atingiu R\$ 30,6 bilhões, frente a R\$ 29,6 bilhões em 2009. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,46% em 2009 para 1,32% em 2010.*

### DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)

Brasil, 2006-2010 (% do PIB) - janeiro a agosto



*Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,44 p.p. por ano, passando de 4,84% do PIB entre janeiro e agosto de 2006 para 6,90% do PIB no mesmo período de 2010.*

No estoque de benefícios dos dois primeiros quadrimestres de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 577,3 mil aposentadorias (3,9%) e de 175,8 mil pensões por morte (2,7%), bem como a redução de 64,8 mil benefícios de auxílio-doença (5,1%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-AGO			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	23,0	23,7	3,1%
Valor médio RGPS**	999,5	1.085,4	8,6%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

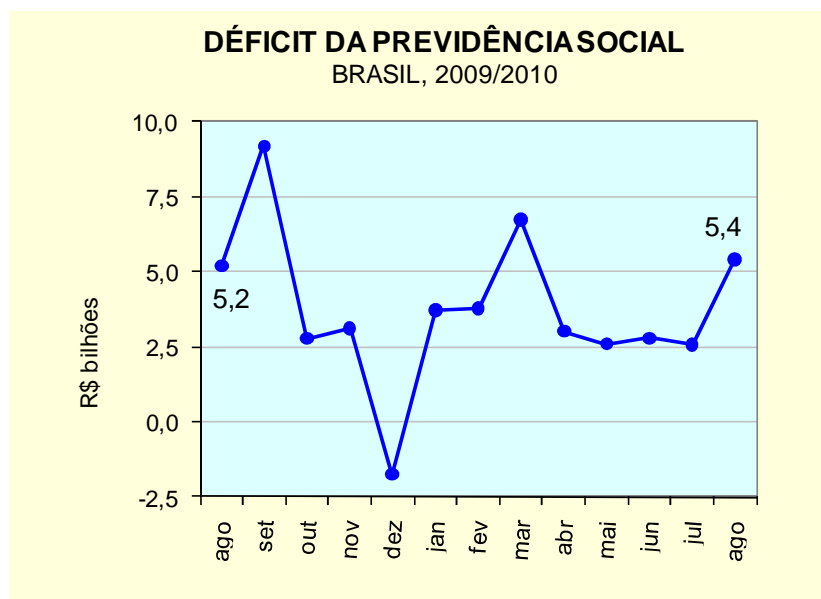
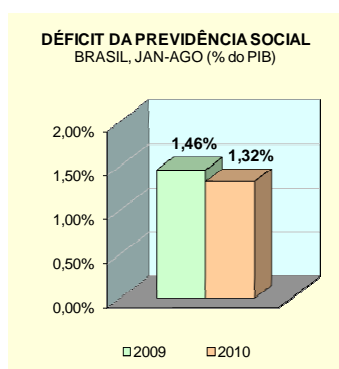


**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2009-2010**

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,46%	5,58%
Urbano	5,31%	5,44%
Rural	0,15%	0,13%
Benefícios	6,91%	6,90%
Urbano	5,53%	5,50%
Rural	1,38%	1,40%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,46%</b>	<b>-1,32%</b>
Urbano	<b>-0,22%</b>	<b>-0,06%</b>
Rural	<b>-1,23%</b>	<b>-1,27%</b>

	Em mil benefícios			
	JUL 2010	AGO 2010	JAN-AGO 2009	JAN-AGO 2010
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>23.912</b>	<b>23.995</b>	<b>23.037</b>	<b>23.740</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>23.117</b>	<b>23.193</b>	<b>22.234</b>	<b>22.949</b>
Aposentadorias	15.366	15.400	14.680	15.251
Idade	8.024	8.047	7.627	7.959
Invalidez	2.935	2.935	2.860	2.921
Tempo de contribuição	4.406	4.418	4.194	4.371
Pensão por morte	6.550	6.563	6.338	6.515
Auxílio-Doença	1.070	1.101	1.106	1.057
Salário - maternidade	76	73	63	71
Outros	56	57	48	55
<b>Acidentários</b>	<b>794</b>	<b>802</b>	<b>803</b>	<b>792</b>
Aposentadorias	163	164	156	162
Pensão por morte	126	126	128	126
Auxílio - doença	154	161	169	153
Auxílio - acidente	278	279	273	277
Auxílio - suplementar	73	73	77	74

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,12 p.p. enquanto os gastos com benefícios previdenciários diminuiram 0,02 p.p. em relação ao período de janeiro a agosto de 2009. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu para 1,32% do PIB, 0,13 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.



**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 921,1 bilhões em agosto, o equivalente a 25,9 % do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 11,5 bilhões, em termos nominais, conseqüência do aumento de R\$ 10,3 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 1,2 bilhão na dívida externa líquida. Em relação ao PIB, não houve variação percentual no mês.

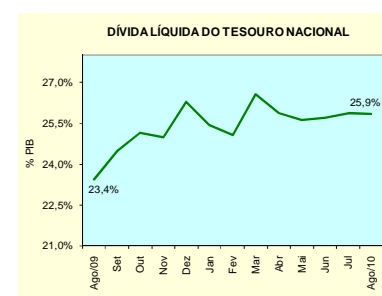
*Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 921,1 bilhões, o equivalente a 25,9% do PIB.*

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2009/2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 AGO	2010 JUL	2010 AGO
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>601.635</b>	<b>817.694</b>	<b>827.971</b>
I.1. Dívida Interna	1.896.688	2.176.221	2.184.157
I.2. Haveres Internos	1.295.054	1.358.527	1.356.186
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>108.683</b>	<b>91.915</b>	<b>93.169</b>
II.1. Dívida Externa	108.968	92.257	93.503
II.2. Haveres Externos	285	342	334
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>710.318</b>	<b>909.610</b>	<b>921.140</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>23,4%</b>	<b>25,9%</b>	<b>25,9%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



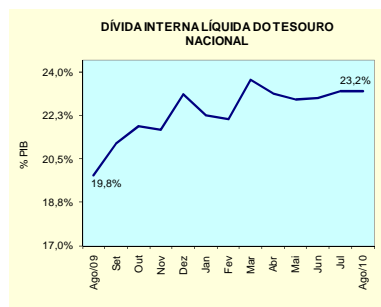
Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB aumentou 2,4 pontos percentuais, passando de 23,4% em agosto de 2009 para 25,9% em agosto de 2010. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 210,8 bilhões, no mesmo período, conseqüência do crescimento de R\$ 226,3 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela queda de R\$ 15,5 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

No mês de agosto, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 828,0 bilhões, o equivalente a 23,2% do PIB. O crescimento de R\$ 10,3 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pela redução de R\$ 2,3 bilhões nos haveres internos e pela elevação de R\$ 7,9 bilhões no estoque da dívida interna bruta.

**Dívida Interna Líquida**

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 3,4 p.p., passando de 19,8% para 23,2%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 601,6 bilhões em agosto de 2009 para R\$ 828,0 bilhões em agosto de 2010. Esse comporta-

mento decorreu do aumento de R\$ 287,5 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 61,1 bilhões nos haveres internos.



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2009/2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009		2010
	AGO	JUL	AGO
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.896.688</b>	<b>2.176.221</b>	<b>2.184.157</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.875.248	2.160.875	2.169.059
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.400.982	1.509.118	1.524.606
DPMFi em Poder do Banco Central	494.092	677.227	668.964
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(19.826)	(25.470)	(24.510)
I.2. Demais Obrigações Internas	21.440	15.346	15.098
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.295.054</b>	<b>1.358.527</b>	<b>1.356.186</b>
II.1. Disponibilidades Internas	394.429	341.918	336.754
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	438.349	454.157	453.071
II.3. Haveres da Administração Indireta	213.997	225.639	228.500
II.4. Haveres Administrados pela STN	248.279	336.814	337.862
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>601.635</b>	<b>817.694</b>	<b>827.971</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>19,8%</b>	<b>23,3%</b>	<b>23,2%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

*A Dívida Interna Líquida não teve variação significativa em relação ao PIB neste mês, com redução de 0,1%.*

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 8,2 bilhões em relação ao mês anterior (em relação ao PIB, diminuiu 0,6 p.p.). Essa redução da DPMFi pode ser explicada pelo resgate líquido de R\$ 11,9 bilhões ocorrido no período, compensado pela apropriação de juros no valor de R\$ 19,1 bilhões. Em relação a agosto do ano anterior, houve aumento de R\$ 293,8 bilhões em termos nominais, ou 1,0 p.p. em proporção do PIB, passando de 61,8% para 60,9% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve aumento de R\$ 15,5 bilhões, associado à emissão líquida de R\$ 2,4 bilhões e a apropriação de juros no total de R\$ 13,1 bilhões. Na carteira do Banco Central, por sua vez, a redução alcançou R\$ 8,3 bilhões, conseqüência do resgate líquido de R\$ 14,2 bilhões, compensado em parte pela apropriação de juros no valor de R\$ 5,9 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com o aumento no estoque de NTN-F e LTN, de R\$ 22,0 bilhões e R\$ 12,4 bilhões e com a redução de NTN-B em R\$ 26,0 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2009		2010
	AGO	JUL	AGO
Em Poder do Público	1.401	1.509	1.525
LFT	545	517	524
LTN	237	296	318
NTN-B	320	379	353
NTN-C	57	60	61
NTN-F	201	219	231
Demais <sup>1</sup>	40	38	37
Aplic. em Tít. Púb.	-20	-25	-25
Na carteira do BCB	494	677	669
<b>Total</b>	<b>1.875</b>	<b>2.161</b>	<b>2.169</b>
<b>% PIB</b>	<b>61,8%</b>	<b>61,4%</b>	<b>60,9%</b>

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, AGO/2010**

Título	Saldo Jul/10	Fatores de Variação <sup>17</sup>			Saldo Ago/10
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	
Em poder do público	1.509,1	47,8	(45,43)	13,1	1.524,6
LFT	516,8	5,3	(3,01)	4,5	523,6
LTN	296,0	19,4	(0,01)	2,8	318,2
NTN-B	379,4	12,7	(40,91)	2,2	353,4
NTN-C	59,8	0,0	(0,00)	1,0	60,8
NTN-F	219,1	10,2	(0,01)	2,2	231,4
Demais <sup>14</sup>	38,0	0,2	(1,50)	0,4	37,1
Na carteira do BCB	677,2	3,7	(17,93)	5,9	669,0
<b>Total</b>	<b>2.186,3</b>	<b>51,5</b>	<b>(63,37)</b>	<b>19,1</b>	<b>2.193,6</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>11</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 2,3 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a redução de R\$ 5,2 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 1,1 bilhão nos haveres junto aos governos regionais, bem como o aumento de R\$ 2,9 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 1,0 bilhão nos haveres administrados pela STN.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, que juntas tiveram uma redução de R\$ 690,8 milhões e no saldo da dívida renegociada pela Lei nº 8.727/93, com redução de R\$ 370,9 milhões. Cumpre destacar que o município do Rio de Janeiro realizou um pagamento extraordinário de R\$ 958,7 milhões de sua dívida refinanciada pela União em 1999, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185/2001.

Nos haveres administrados pela STN, houve elevação principalmente no saldo dos haveres de operações estruturadas, em R\$ 532,2 milhões e no saldo dos haveres de legislação específica em R\$ 501,5 milhões.

Quanto aos haveres da administração indireta, o crescimento foi de R\$ 2,9 bilhões. Foi verificado aumento de R\$ 1,2 bilhão nos haveres do FAT, de R\$ 600,3 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais e de R\$ 1,1 bilhão nos saldos dos Fundos Diversos.

Em agosto, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 93,2 bilhões, contra R\$ 91,9 bilhões em julho. Houve aumento de R\$ 1,3

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2009/2010**

R\$ bilhões

Discriminação	2009		2010
	AGO	JUL	AGO
Lei 9.496/97	314,9	333,2	333,3
MP 2.185/01	49,9	53,6	52,8
Lei 8.727/93	39,0	35,5	35,1
Antecipação de Royalties	11,2	10,1	10,0
Bônus Renegociados	6,9	5,8	5,8
Lei 7.976/89	0,4	0,0	0,0
Demais Haveres	16,1	16,0	16,0
<b>Total</b>	<b>438,3</b>	<b>454,2</b>	<b>453,1</b>
% PIB	14,5%	12,9%	12,7%

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INDIRETA**  
**BRASIL, 2009/2010**

R\$ bilhões

Entidade	2009		2010
	AGO	JUL	AGO
FAT	136,8	141,2	142,4
Fundos Regionais	48,9	55,1	55,7
Demais	28,3	29,3	30,4
<b>Total</b>	<b>214,0</b>	<b>225,6</b>	<b>228,5</b>

**Dívida Externa**  
**Líquida**

bilhão em termos nominais, não havendo variação em relação ao PIB. Essa redução reflete a emissão líquida de R\$ 925 milhões, a variação cambial negativa de R\$ 257 milhões e a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 578 milhões, ocorridos no mês.

*Em agosto de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 93,2 bilhões, equivalentes a 2,6% do PIB, valor inferior ao registrado no ano anterior em 1,0 p.p. do PIB.*

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2009/2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 AGO	2010 JUL AGO	
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>108.968</b>	<b>92.257</b>	<b>93.503</b>
I.1. Dívida Mobiliária	84.542	71.695	73.009
Euro	10.308	6.843	6.687
Global US\$	63.720	54.203	55.576
Global BRL	10.242	10.454	10.549
Demais	271	196	196
I.2. Dívida Contratual	24.426	20.562	20.494
Organismos Internacionais	20.646	17.503	17.431
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.781	3.059	3.062
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>285</b>	<b>342</b>	<b>334</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	285	342	334
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>108.683</b>	<b>91.915</b>	<b>93.169</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>3,6%</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,6%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 15,5 bilhões, passando de R\$ 108,7 bilhões em agosto de 2009 para R\$ 93,2 bilhões em agosto de 2010. Em percentual do PIB, diminuiu 1,0 p.p.

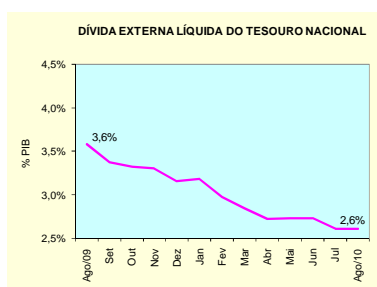
**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, AGO/2010**

Discriminação	Estoque Jul/10	Fatores de Variação				Estoque Ago/10
		Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária<sup>3</sup></b>	<b>71.695</b>	<b>1.489</b>	<b>(496)</b>	<b>549</b>	<b>(229)</b>	<b>73.009</b>
Global US\$	54.203	1.489	(496)	416	(35)	55.576
Euro	6.843	0	0	37	(193)	6.687
Global BRL	10.454	0	0	96	0	10.549
Demais	196	0	0	1	(0)	196
<b>Dívida Contratual</b>	<b>20.562</b>	<b>12</b>	<b>(81)</b>	<b>29</b>	<b>(29)</b>	<b>20.494</b>
Org. Internacionais	17.503	9	(50)	15	(46)	17.431
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.059	3	(31)	13	18	3.062
<b>Total</b>	<b>92.257</b>	<b>1.502</b>	<b>(577)</b>	<b>578</b>	<b>(257)</b>	<b>93.503</b>

<sup>1</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

<sup>2</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

<sup>3</sup> A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 78,1% (R\$ 73,0 bilhões); e a dívida contratual representa 21,9% (R\$ 20,5 bilhões).

# Anexos

## ***a) Lista de Abreviaturas***

### ***b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Receitas Primárias do Governo Central

**Tabela A3** – Despesas primárias do Governo Central

**Tabela A4** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A5** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

### ***c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A6** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A8** – Haveres do Tesouro Nacional

### ***d) Outras Informações***

**Tabela A9** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Agosto 2010/2009

### ***e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial



	Ago/2009	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2010
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>60.823,2</b>	<b>53.503,4</b>	<b>69.410,0</b>	<b>74.239,9</b>	<b>79.647,5</b>	<b>73.899,1</b>	<b>57.107,2</b>	<b>62.550,3</b>	<b>78.569,9</b>	<b>65.494,7</b>	<b>61.461,7</b>	<b>68.560,5</b>	<b>69.809,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>46.222,8</b>	<b>39.227,5</b>	<b>57.167,3</b>	<b>57.189,3</b>	<b>53.797,3</b>	<b>59.661,4</b>	<b>41.701,1</b>	<b>46.492,6</b>	<b>62.054,3</b>	<b>48.725,5</b>	<b>44.691,7</b>	<b>51.523,0</b>	<b>52.281,3</b>
I.1.1. Receita Bruta	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6	48.961,5	46.761,4	54.015,3	54.210,5
- Impostos	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2
- Contribuições	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3
- Demais <sup>1</sup>	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0	8.781,3	5.034,2	8.423,0	11.414,1
I.1.2. (-) Restituições	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.400,2</b>	<b>14.091,0</b>	<b>14.864,9</b>	<b>16.808,5</b>	<b>25.591,5</b>	<b>14.076,0</b>	<b>15.207,3</b>	<b>15.882,9</b>	<b>16.330,1</b>	<b>16.581,7</b>	<b>16.580,3</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano <sup>2</sup>	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural <sup>2</sup>	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>200,3</b>	<b>185,0</b>	<b>177,8</b>	<b>242,1</b>	<b>258,6</b>	<b>161,7</b>	<b>198,8</b>	<b>174,8</b>	<b>185,5</b>	<b>187,5</b>	<b>189,7</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.093,0</b>	<b>8.111,1</b>	<b>10.946,5</b>	<b>12.176,5</b>	<b>13.896,2</b>	<b>10.650,6</b>	<b>12.953,3</b>	<b>9.015,0</b>	<b>11.606,6</b>	<b>13.952,2</b>	<b>10.980,3</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>
II.1. Transferências Constitucionais (PII, IR e outras)	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>3</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0
II.4. Demais	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (III-I)</b>	<b>50.730,2</b>	<b>45.392,3</b>	<b>58.463,5</b>	<b>62.063,4</b>	<b>65.751,3</b>	<b>63.248,5</b>	<b>44.153,9</b>	<b>53.535,3</b>	<b>66.963,3</b>	<b>51.542,5</b>	<b>50.481,4</b>	<b>59.996,7</b>	<b>57.801,3</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>47.347,5</b>	<b>53.206,0</b>	<b>47.228,6</b>	<b>51.400,6</b>	<b>63.830,6</b>	<b>49.382,1</b>	<b>45.340,2</b>	<b>58.093,5</b>	<b>50.366,4</b>	<b>52.055,8</b>	<b>49.816,8</b>	<b>59.154,2</b>	<b>53.800,9</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>4</sup></b>	<b>11.422,6</b>	<b>11.701,8</b>	<b>11.746,6</b>	<b>13.400,3</b>	<b>16.869,3</b>	<b>14.222,6</b>	<b>12.139,5</b>	<b>15.159,4</b>	<b>11.972,0</b>	<b>12.412,9</b>	<b>12.284,4</b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>19.591,7</b>	<b>23.263,8</b>	<b>17.639,1</b>	<b>19.924,7</b>	<b>23.835,0</b>	<b>17.784,4</b>	<b>18.988,4</b>	<b>22.609,3</b>	<b>19.341,9</b>	<b>19.171,2</b>	<b>19.358,6</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.027,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8	15.352,0	15.501,1	15.540,8	17.672,8
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1	3.819,3	3.857,6	3.869,2	5.073,4
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>15.972,3</b>	<b>17.891,3</b>	<b>17.491,6</b>	<b>17.640,5</b>	<b>22.657,2</b>	<b>17.126,8</b>	<b>13.930,7</b>	<b>19.937,5</b>	<b>18.686,1</b>	<b>20.149,3</b>	<b>17.817,7</b>	<b>23.616,7</b>	<b>17.763,9</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	2.077,6	1.796,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	2.011,8	3.323,8
- Abono e Seguro Desemprego	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8
- Demais Despesas do FAT	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>4</sup>	871,0	940,3	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	328,2	374,7
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	142,1	127,8
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	156,6	206,4	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	247,0
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>5</sup>	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.398,4	14.949,3	14.223,4	15.616,5	13.354,2	16.082,7	12.195,6
- Outras Despesas de Custeio	8.450,7	9.691,5	8.583,3	9.959,1	11.411,9	10.287,8	6.816,8	10.877,5	10.933,7	11.728,5	9.413,2	11.570,2	9.374,7
- Outras Despesas de Capital <sup>6</sup>	2.250,7	3.301,3	3.373,3	3.223,7	6.972,7	2.859,9	2.581,6	4.071,8	3.289,7	3.888,1	3.940,9	4.512,5	2.821,0
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>106,3</b>	<b>102,1</b>	<b>104,1</b>	<b>104,0</b>	<b>142,1</b>	<b>78,5</b>	<b>113,2</b>	<b>96,3</b>	<b>99,9</b>	<b>95,5</b>	<b>94,8</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>254,5</b>	<b>247,0</b>	<b>247,2</b>	<b>331,2</b>	<b>326,9</b>	<b>169,7</b>	<b>168,4</b>	<b>290,9</b>	<b>266,5</b>	<b>226,8</b>	<b>261,3</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB<sup>7</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>3.382,7</b>	<b>-7.813,7</b>	<b>11.234,9</b>	<b>10.662,8</b>	<b>1.920,7</b>	<b>13.866,4</b>	<b>-1.186,3</b>	<b>-4.558,1</b>	<b>16.596,9</b>	<b>-513,3</b>	<b>664,6</b>	<b>842,5</b>	<b>4.000,4</b>
VI.1. Tesouro Nacional	8.628,4	1.421,1	14.078,5	13.868,1	232,5	12.652,8	2.564,4	2.284,3	19.689,6	2.115,6	3.514,5	3.454,2	9.501,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) <sup>8</sup>	-5.191,5	-9.172,8	-2.774,2	-3.116,3	1.756,5	-3.708,4	-3.781,1	-6.726,4	-3.011,8	-2.589,5	-2.778,3	-2.565,6	-5.415,6
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>2</sup>	-1.633,1	-4.874,9	344,6	453,3	6.049,7	-526,8	-317,5	-2.590,8	444,6	803,0	694,4	914,0	-768,8
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>2</sup>	-3.558,4	-4.297,9	-3.118,8	-3.569,6	-4.293,1	-3.181,6	-3.463,6	-4.135,6	-3.456,4	-3.392,5	-3.479,6	-3.479,6	-4.646,8
VI.3. Banco Central <sup>9</sup>	-54,2	-62,0	-69,4	-89,0	-68,3	-8,0	30,3	-116,0	-80,9	-39,3	-71,6	-46,1	-85,5
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>10</sup></b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>134,6</b>	<b>134,6</b>	<b>24,2</b>	<b>155,5</b>	<b>0,0</b>	<b>3,6</b>	<b>60,4</b>	<b>150,8</b>	<b>148,5</b>	<b>146,8</b>	<b>125,2</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>515,8</b>	<b>-206,2</b>	<b>7,6</b>	<b>-84,9</b>	<b>-109,6</b>	<b>-484,0</b>	<b>485,3</b>	<b>642,2</b>	<b>-129,2</b>	<b>-1.069,0</b>	<b>-67,4</b>	<b>-376,5</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)<sup>11</sup></b>	<b>3.898,5</b>	<b>-8.019,9</b>	<b>11.377,1</b>	<b>10.712,4</b>	<b>1.835,3</b>	<b>13.537,3</b>	<b>-701,0</b>	<b>-3.912,3</b>	<b>16.528,2</b>	<b>-1.431,4</b>	<b>745,7</b>	<b>612,8</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS<sup>11</sup></b>	<b>-13.191,4</b>	<b>-14.336,1</b>	<b>-11.491,3</b>	<b>-12.984,3</b>	<b>-11.793,9</b>	<b>-11.757,5</b>	<b>-8.150,6</b>	<b>-10.698,7</b>	<b>-9.473,7</b>	<b>-10.874,5</b>	<b>-7.159,0</b>	<b>-13.208,7</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)<sup>11</sup></b>	<b>-9.292,9</b>	<b>-22.356,0</b>	<b>-114,2</b>	<b>-2.271,9</b>	<b>-9.958,6</b>	<b>1.780,3</b>	<b>-8.851,6</b>	<b>-14.611,0</b>	<b>7.054,5</b>	<b>-12.305,9</b>	<b>-6.413,3</b>	<b>-12.595,9</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4
RMV <sup>5</sup>	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>3</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>4</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>5</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>6</sup> Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras e Financiamentos (GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

<sup>7</sup> Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

<sup>8</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>9</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>10</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>11</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Ago/2009	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2010
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>60.823,2</b>	<b>53.503,4</b>	<b>69.410,0</b>	<b>74.239,9</b>	<b>79.647,5</b>	<b>73.899,1</b>	<b>57.107,2</b>	<b>62.550,3</b>	<b>78.569,9</b>	<b>65.494,7</b>	<b>61.461,7</b>	<b>68.560,5</b>	<b>69.809,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>46.222,8</b>	<b>39.227,5</b>	<b>54.367,3</b>	<b>57.189,3</b>	<b>53.797,3</b>	<b>59.661,4</b>	<b>41.701,1</b>	<b>46.492,6</b>	<b>62.054,3</b>	<b>48.725,5</b>	<b>44.691,7</b>	<b>51.523,0</b>	<b>52.281,3</b>
I.1.1. Receita Bruta	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6	48.961,5	46.761,4	54.015,3	54.210,5
I.1.1.1. Impostos	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2
IR	11.942,3	12.698,2	20.041,6	16.821,7	18.087,1	22.598,7	11.801,8	15.204,6	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4	15.243,5
IR - Pessoa Física	1.291,5	1.301,4	1.342,4	1.291,6	718,9	667,8	612,3	609,9	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1	1.346,1
IR - Pessoa Jurídica	4.558,9	5.270,7	11.533,0	7.345,1	5.816,5	11.796,5	4.980,7	6.816,3	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9	6.518,7
IR - Retido na Fonte	6.091,8	6.126,1	7.166,2	8.185,0	11.551,7	10.134,4	6.208,8	7.778,4	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5	7.378,8
IRRF - Rendimentos do Trabalho	3.966,6	3.864,6	3.979,5	4.972,6	5.131,0	6.131,5	4.182,8	5.213,3	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0	4.748,4
IRRF - Rendimentos do Capital	960,8	1.049,4	1.621,4	1.303,1	4.444,6	2.387,0	1.113,0	1.232,4	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,9	1.336,9
IRRF - Remessas ao Exterior	654,6	639,9	892,6	957,7	1.465,5	998,0	489,1	840,2	750,4	1.366,0	823,8	770,7	761,3
IRRF - Outros Rendimentos	509,8	572,2	672,6	951,6	510,6	617,7	423,9	492,5	536,8	554,5	520,0	518,1	532,2
IPI	2.441,5	2.656,2	2.997,2	3.215,0	3.189,2	2.876,5	2.548,8	2.751,5	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7	3.504,3
IPI - Fumo	279,5	281,5	310,4	311,1	305,4	339,9	318,6	295,3	319,8	282,6	363,0	281,2	268,3
IPI - Bebidas	177,4	174,9	190,6	211,2	229,8	283,2	181,6	168,7	180,1	182,9	175,7	190,2	176,7
IPI - Automóveis	174,0	195,7	228,7	285,2	315,8	288,3	241,2	282,4	436,3	519,5	523,9	442,6	529,6
IPI - Vinculado a importação	631,9	717,4	742,8	750,2	791,2	716,8	716,8	905,2	802,8	902,4	957,5	959,8	1.059,7
IPI - Outros	1.178,7	1.286,6	1.524,7	1.657,3	1.546,9	1.248,3	1.090,7	1.100,0	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9	1.470,0
IOF	1.571,9	1.453,3	1.581,5	2.238,1	2.133,2	1.958,9	1.896,9	1.917,7	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8	2.291,3
Imposto de Importação	1.290,9	1.378,0	1.444,4	1.536,6	1.424,4	1.440,3	1.376,5	1.743,0	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5	1.982,3
Outros	11,3	267,7	55,3	56,4	32,7	7,6	6,8	8,1	8,5	7,7	5,9	6,1	8,7
I.1.1.2. Contribuições	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3
COFINS	9.832,2	10.260,1	11.016,8	12.240,3	12.218,5	11.494,9	10.112,4	10.485,7	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9	11.508,6
CPMF	32,6	39,0	5,7	96,4	4,4	8,8	13,1	5,0	4,0	3,7	8,3	16,1	8,7
CSLL	2.573,6	3.306,2	5.040,0	3.830,1	2.679,6	6.331,8	2.835,6	3.429,3	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3	3.302,1
CIDE-Combustíveis	603,4	609,6	618,2	639,5	632,4	690,2	680,1	586,2	562,4	530,5	581,6	682,0	700,0
Pis/Pasep	2.576,9	2.807,7	3.131,8	3.132,1	3.064,0	3.029,6	2.605,2	2.772,6	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7	2.988,0
Salário Educação	745,6	784,3	769,4	773,8	813,8	1.421,9	831,1	823,9	826,0	838,4	870,5	862,1	883,9
Outras	319,0	352,1	313,5	345,5	372,5	304,0	304,0	345,5	346,1	388,2	297,7	374,9	
I.1.1.3. Demais	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0	8.781,3	5.034,2	8.423,0	11.414,1
CPSS <sup>1</sup>	742,4	704,1	749,9	1.208,2	971,1	781,7	757,2	759,1	770,3	784,5	763,1	827,4	822,2
Cota parte de compensações financeiras	938,3	1.156,9	3.712,9	1.268,8	1.269,3	3.837,3	1.330,2	1.271,8	3.953,3	1.393,9	1.124,0	3.670,1	1.087,7
Diretamente arrecadadas	1.630,0	1.772,8	1.599,1	1.644,9	1.801,8	2.229,3	1.624,3	2.112,3	4.121,4	1.834,5	1.834,5	1.960,9	1.954,4
Concessões	7,3	1.150,1	174,7	12,6	105,4	233,5	7,1	19,0	15,3	130,3	44,1	54,0	14,9
Dividendos	7.814,3	37,9	27,5	2.509,6	5.872,2	78,9	2.052,2	1.069,0	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2	6.795,1
Outras	2.110,0	-1.208,5	2.445,7	7.939,6	2.256,2	1.006,0	1.246,6	1.360,3	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4	738,7
I.1.2. (-) Restituições	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.400,2</b>	<b>14.091,0</b>	<b>14.864,9</b>	<b>16.808,5</b>	<b>25.591,5</b>	<b>14.076,0</b>	<b>15.207,3</b>	<b>15.882,9</b>	<b>16.330,1</b>	<b>16.581,7</b>	<b>16.580,3</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>
Urbana	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0
Rural	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>200,3</b>	<b>185,0</b>	<b>177,8</b>	<b>242,1</b>	<b>258,6</b>	<b>161,7</b>	<b>198,8</b>	<b>174,8</b>	<b>185,5</b>	<b>187,5</b>	<b>189,7</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.093,0</b>	<b>8.111,1</b>	<b>10.946,5</b>	<b>12.176,5</b>	<b>13.896,2</b>	<b>10.650,6</b>	<b>12.953,3</b>	<b>9.015,0</b>	<b>11.606,6</b>	<b>13.952,2</b>	<b>10.980,3</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>2</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0
II.4. Demais	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1
II.4.1. Salário Educação	454,1	447,4	470,6	461,7	464,3	488,3	853,2	498,7	494,3	495,6	503,0	522,3	517,3
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	1.750,8	764,8	796,1	2.100,2	917,3	879,2	2.169,5	932,1	872,9	2.324,2	956,1	832,2	2.085,6
II.4.3. Fundef/Fundeb	480,0	283,2	566,4	283,2	283,2	441,1	441,1	441,1	441,1	788,4	443,1	0,0	443,1
II.4.4. Outras	12,1	16,9	1.113,1	23,4	22,1	538,2	10,7	12,7	868,8	12,7	11,7	10,0	11,2

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

	Ago/2009	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2010
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>47.347,5</b>	<b>53.206,0</b>	<b>47.228,6</b>	<b>51.400,6</b>	<b>63.830,6</b>	<b>49.382,1</b>	<b>45.340,2</b>	<b>58.093,5</b>	<b>50.366,4</b>	<b>52.055,8</b>	<b>49.816,8</b>	<b>59.154,2</b>	<b>53.800,9</b>
<b>I.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>11.422,6</b>	<b>11.701,8</b>	<b>11.746,6</b>	<b>13.400,3</b>	<b>16.869,3</b>	<b>14.222,6</b>	<b>12.139,5</b>	<b>15.159,4</b>	<b>11.972,0</b>	<b>12.412,9</b>	<b>12.284,4</b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>
<b>I.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>19.591,7</b>	<b>23.263,8</b>	<b>17.639,1</b>	<b>19.924,7</b>	<b>23.835,0</b>	<b>17.784,4</b>	<b>18.988,4</b>	<b>22.609,3</b>	<b>19.341,9</b>	<b>19.171,2</b>	<b>19.358,6</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8	15.352,0	15.501,1	15.540,8	17.672,8
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1	3.819,3	3.857,6	3.869,2	5.073,4
<b>I.3. Custeio e Capital</b>	<b>15.972,3</b>	<b>17.891,3</b>	<b>17.491,6</b>	<b>17.640,5</b>	<b>22.657,2</b>	<b>17.126,8</b>	<b>13.930,7</b>	<b>19.937,5</b>	<b>18.686,1</b>	<b>20.149,3</b>	<b>17.817,7</b>	<b>23.616,7</b>	<b>17.763,9</b>
I.3.1. Despesa do FAT	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	871,0	940,3	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	328,2	374,7
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	142,1	127,8
Equalização de custeio agropecuário	1,2	2,4	2,0	2,3	2,6	3,0	3,4	4,3	4,2	4,9	5,4	5,8	5,1
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>4</sup>	-13,0	23,2	-1,8	6,2	0,4	7,9	-0,1	0,7	1,0	0,5	0,6	1,0	-13,5
Política de preços agrícolas	355,3	290,5	1.030,3	172,0	60,2	467,3	270,4	439,0	198,1	277,9	419,7	124,6	91,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	86,5	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Equalização Aquisições do Governo Federal	324,9	212,3	1.003,4	131,9	-50,9	259,6	200,2	197,6	135,9	185,2	229,7	33,1	11,1
Garantia à Sustentação de Preços	30,3	78,2	26,8	40,0	111,0	121,2	70,0	241,2	62,0	92,4	189,6	91,2	80,0
Pronaf	100,6	217,6	110,5	82,0	-3,7	23,0	17,9	149,2	24,5	-1,2	14,8	15,3	31,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,2	363,4	7,7	49,0	10,2	19,3	7,3	138,5	4,2	5,5	3,8	15,2	15,2
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	93,4	-145,9	102,9	33,1	-13,9	3,7	10,5	10,7	20,4	-6,7	11,0	0,1	16,5
Proex	41,2	-32,1	-9,8	-3,4	27,1	-125,3	-29,3	6,4	-28,5	14,9	36,4	-36,5	-11,1
Equalização Empréstimo do Governo Federal	27,1	11,9	19,8	7,3	33,7	5,5	0,5	30,7	7,4	18,6	16,3	63,8	1,5
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	14,2	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8	-29,8	-24,4	-35,8	-3,7	20,1	-100,3	-12,6
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>6</sup>	0,5	0,9	1,0	2,3	199,7	29,4	0,0	32,1	2,3	58,2	104,1	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	42,4	11,2	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA <sup>5</sup>	55,7	81,4	130,2	113,4	69,4	236,9	75,1	66,8	68,0	44,1	49,2	34,6	7,7
Funcafé	0,7	1,6	1,2	3,3	2,9	20,0	5,4	9,0	16,2	12,5	6,3	0,3	0,7
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	25,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>5</sup>	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7	-0,9	-0,9	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1	-5,2
Capitalização à Emgea	144,6	138,8	0,0	0,0	0,0	110,9	150,4	150,6	85,0	0,0	0,0	0,0	21,1
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	156,6	206,4	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	247,0
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>7</sup>	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8
I.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.398,4	14.949,3	14.223,4	15.616,5	13.354,2	16.082,7	12.195,6
I.3.4.1. Sentenças Judiciais	9,4	17,4	17,0	14,2	13,3	9,1	6,7	83,5	1.187,8	789,3	47,6	40,8	44,0
I.3.4.2. Legislativo/Judiciário	433,5	441,6	421,1	452,5	596,4	435,1	434,1	581,0	504,2	551,2	533,4	557,5	587,9
Legislativo	92,3	84,9	73,6	93,2	111,8	73,5	87,3	107,7	103,1	106,2	93,3	92,1	103,3
Judiciário	341,2	356,7	347,5	359,2	484,6	361,6	346,8	473,3	401,1	445,0	440,2	465,4	484,5
I.3.4.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	212,5	326,5	131,6	146,4	262,1	339,9	141,8	387,8	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9	818,5
I.3.4.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.208,6	1.760,1	1.925,0	2.038,9	4.478,4	1.066,4	1.212,9	1.739,0	1.392,0	1.750,3	1.821,8	1.623,6	1.290,8
I.3.4.5. Outras Obrigatórias	241,5	31,0	121,3	160,5	236,0	456,6	64,9	228,0	99,3	336,2	115,5	123,8	107,5
I.3.4.6. Discricionárias	8.595,8	10.416,3	9.340,6	10.370,4	12.798,4	10.840,6	7.538,0	11.930,1	9.648,6	11.087,9	10.210,4	12.899,2	9.347,0
<b>I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>106,3</b>	<b>102,1</b>	<b>104,1</b>	<b>104,0</b>	<b>142,1</b>	<b>78,5</b>	<b>113,2</b>	<b>96,3</b>	<b>99,9</b>	<b>95,5</b>	<b>94,8</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>
<b>I.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>254,5</b>	<b>247,0</b>	<b>247,2</b>	<b>331,2</b>	<b>326,9</b>	<b>169,7</b>	<b>168,4</b>	<b>290,9</b>	<b>266,5</b>	<b>226,8</b>	<b>261,3</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4
RMV <sup>7</sup>	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

<sup>2</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4</sup> Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

<sup>5</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>6</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

<sup>7</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

**TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL \***

R\$ milhões

	Ago/2009	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2010
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>61.198,2</b>	<b>51.628,9</b>	<b>62.871,4</b>	<b>78.867,4</b>	<b>93.506,6</b>	<b>52.555,0</b>	<b>68.644,6</b>	<b>62.503,3</b>	<b>67.956,8</b>	<b>73.282,3</b>	<b>62.798,6</b>	<b>62.136,1</b>	<b>73.263,8</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5
I.5 - Receita do Salário Educação	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>69.322,7</b>	<b>67.088,5</b>	<b>61.280,4</b>	<b>75.312,7</b>	<b>74.712,9</b>	<b>68.407,7</b>	<b>54.440,4</b>	<b>58.356,0</b>	<b>51.979,9</b>	<b>60.603,1</b>	<b>59.415,8</b>	<b>57.058,8</b>	<b>72.886,9</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>12.329,3</b>	<b>10.489,7</b>	<b>12.765,1</b>	<b>14.947,3</b>	<b>16.982,1</b>	<b>11.849,4</b>	<b>12.847,7</b>	<b>10.131,6</b>	<b>13.431,6</b>	<b>14.233,2</b>	<b>12.284,3</b>	<b>10.193,1</b>	<b>12.399,6</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8	12,3	68,8	12,7	11,8	9,9	11,3
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	679,1	162,5	162,5	1.762,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>56.993,4</b>	<b>56.598,9</b>	<b>48.515,4</b>	<b>60.365,4</b>	<b>57.730,8</b>	<b>56.558,3</b>	<b>41.592,7</b>	<b>48.224,4</b>	<b>38.548,3</b>	<b>46.369,9</b>	<b>47.131,5</b>	<b>46.865,7</b>	<b>60.487,3</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0	872,9	2.249,6	956,1	832,2	2.087,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2	980,1	308,2	938,6	1.503,1	439,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9
i) Dívida Contratual Interna	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3
ii) Dívida Contratual Externa	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1	345,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.041,7	21.868,4	22.834,0	18.841,5	19.380,1	19.417,5	15.383,2	32.395,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.328,9	13.320,3	15.099,2	15.994,0	16.886,1	18.518,4	14.512,9	16.376,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-8.124,5</b>	<b>-15.459,6</b>	<b>1.591,0</b>	<b>3.554,7</b>	<b>18.793,8</b>	<b>-15.852,7</b>	<b>14.204,2</b>	<b>4.147,3</b>	<b>15.976,9</b>	<b>12.679,2</b>	<b>3.382,8</b>	<b>5.077,3</b>	<b>376,9</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>-21.287,6</b>	<b>52.647,3</b>	<b>46.679,4</b>	<b>35.717,8</b>	<b>121.069,3</b>	<b>41.250,2</b>	<b>36.383,5</b>	<b>86.856,2</b>	<b>30.352,8</b>	<b>14.882,9</b>	<b>31.923,2</b>	<b>41.348,4</b>	<b>47.784,6</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0
<b>V. DESPESAS</b>	<b>3.678,8</b>	<b>31.410,9</b>	<b>39.617,4</b>	<b>12.656,8</b>	<b>27.351,7</b>	<b>83.287,1</b>	<b>1.777,3</b>	<b>35.107,0</b>	<b>19.237,8</b>	<b>2.437,0</b>	<b>46.678,8</b>	<b>46.687,0</b>	<b>35.197,1</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	655,5	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5
V.1.2 - Dívida Contratual	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9	133,4	185,0	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>-25.625,6</b>	<b>19.981,8</b>	<b>7.034,1</b>	<b>24.555,1</b>	<b>93.350,3</b>	<b>-42.285,4</b>	<b>34.032,5</b>	<b>51.352,0</b>	<b>11.269,8</b>	<b>13.120,3</b>	<b>-14.125,5</b>	<b>-4.116,0</b>	<b>13.135,1</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>42.096,9</b>	<b>-210,5</b>	<b>-9.688,9</b>	<b>-7.895,6</b>	<b>-4.763,1</b>	<b>-40.661,5</b>	<b>1.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>-7.470,0</b>	<b>9.438,0</b>	<b>3.182,1</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>9.006,0</b>	<b>5.566,2</b>	<b>-1.035,9</b>	<b>18.720,1</b>	<b>107.748,2</b>	<b>-98.551,2</b>	<b>49.833,9</b>	<b>59.254,4</b>	<b>19.621,9</b>	<b>34.563,1</b>	<b>-8.190,6</b>	<b>-5.522,5</b>	<b>1.399,6</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	<b>Ago/2009</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago/2010</b>
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>42.996,9</b>	<b>2.989,5</b>	<b>2.641,5</b>	<b>3.017,7</b>	<b>3.165,5</b>	<b>4.338,5</b>	<b>3.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>8.230,0</b>	<b>12.433,2</b>	<b>3.182,1</b>	<b>29.765,8</b>	<b>6.638,7</b>
I.1. Emissão de Títulos	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>900,0</b>	<b>3.200,0</b>	<b>12.330,5</b>	<b>10.913,3</b>	<b>7.928,6</b>	<b>-45.000,0</b>	<b>-2.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-15.700,0</b>	<b>-2.995,2</b>	<b>0,0</b>	<b>-35.027,0</b>	<b>-18.203,4</b>
II.1. Resgate de Títulos	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0	-14.000,0	0,0	0,0	-27.277,0	-13.947,0
II.2. Encargos da DPMF	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0	-1.700,0	-2.995,2	0,0	-7.750,0	-4.256,5
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>42.096,9</b>	<b>-210,5</b>	<b>-9.688,9</b>	<b>-7.895,6</b>	<b>-4.763,1</b>	<b>49.338,5</b>	<b>5.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>23.930,0</b>	<b>15.428,3</b>	<b>3.182,1</b>	<b>64.792,8</b>	<b>24.842,1</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Ago/09	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/10
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>601.634,7</b>	<b>643.916,7</b>	<b>665.838,4</b>	<b>666.548,8</b>	<b>724.439,9</b>	<b>711.371,8</b>	<b>721.828,9</b>	<b>787.551,2</b>	<b>781.781,6</b>	<b>792.885,9</b>	<b>803.862,7</b>	<b>817.694,4</b>	<b>827.970,7</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.896.688,4</b>	<b>1.917.834,7</b>	<b>1.919.935,6</b>	<b>1.940.698,1</b>	<b>2.037.584,5</b>	<b>1.949.887,6</b>	<b>1.994.164,7</b>	<b>2.057.893,3</b>	<b>2.145.910,6</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6
DPMFi em Poder do Banco Central	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4
Demais Obrigações Internas	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.295.053,7</b>	<b>1.273.918,0</b>	<b>1.254.097,2</b>	<b>1.274.149,3</b>	<b>1.313.144,6</b>	<b>1.238.515,8</b>	<b>1.272.335,8</b>	<b>1.270.342,1</b>	<b>1.364.129,0</b>	<b>1.390.816,2</b>	<b>1.382.459,7</b>	<b>1.358.526,7</b>	<b>1.356.186,4</b>
Disponibilidades Internas	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	336.753,6
Haveres junto aos Governos Regionais	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2
Haveres da Administração Indireta	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.638,7	228.499,5
Haveres Administrados pela STN	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>108.682,9</b>	<b>102.844,3</b>	<b>101.364,9</b>	<b>101.723,8</b>	<b>98.743,6</b>	<b>101.634,7</b>	<b>97.028,6</b>	<b>94.479,0</b>	<b>91.901,3</b>	<b>94.475,2</b>	<b>95.542,7</b>	<b>91.915,1</b>	<b>93.168,9</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>108.968,1</b>	<b>103.041,9</b>	<b>101.615,1</b>	<b>101.976,2</b>	<b>98.974,4</b>	<b>101.927,8</b>	<b>97.307,0</b>	<b>94.740,1</b>	<b>92.158,2</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>
Dívida Mobiliária	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0
Dívida Contratual	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>285,2</b>	<b>197,6</b>	<b>250,3</b>	<b>252,4</b>	<b>230,7</b>	<b>293,1</b>	<b>278,3</b>	<b>261,1</b>	<b>256,8</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>710.317,6</b>	<b>746.761,0</b>	<b>767.203,2</b>	<b>768.272,6</b>	<b>823.183,6</b>	<b>813.006,5</b>	<b>818.857,5</b>	<b>882.030,2</b>	<b>873.682,9</b>	<b>887.361,1</b>	<b>899.405,4</b>	<b>909.609,5</b>	<b>921.139,6</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>23,4%</b>	<b>24,5%</b>	<b>25,2%</b>	<b>25,0%</b>	<b>26,3%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,1%</b>	<b>26,6%</b>	<b>25,9%</b>	<b>25,6%</b>	<b>25,7%</b>	<b>25,9%</b>	<b>25,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Ago/09	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/10
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.896.688,4</b>	<b>1.917.834,7</b>	<b>1.919.935,6</b>	<b>1.940.698,1</b>	<b>2.037.584,5</b>	<b>1.949.887,6</b>	<b>1.994.164,7</b>	<b>2.057.893,3</b>	<b>2.145.910,6</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.400.982,4</b>	<b>1.385.888,8</b>	<b>1.370.813,0</b>	<b>1.389.867,6</b>	<b>1.398.415,5</b>	<b>1.355.728,1</b>	<b>1.397.662,8</b>	<b>1.400.381,9</b>	<b>1.492.913,0</b>	<b>1.519.562,6</b>	<b>1.516.501,2</b>	<b>1.509.118,2</b>	<b>1.524.605,6</b>
LFT	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7
LTN	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5
NTN-B	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2
NTN-C	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4
NTN-F	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4
Dívida Securitizada	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0
Demais Títulos em Poder do Público	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>494.092,3</b>	<b>530.202,9</b>	<b>547.458,8</b>	<b>549.108,3</b>	<b>637.815,0</b>	<b>600.725,7</b>	<b>603.739,1</b>	<b>665.276,3</b>	<b>661.210,1</b>	<b>673.434,7</b>	<b>679.634,6</b>	<b>677.226,9</b>	<b>668.964,3</b>
LFT	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7
LTN	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2
Demais Títulos na Carteira do BCB	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-19.826,5</b>	<b>-19.547,2</b>	<b>-19.535,5</b>	<b>-19.368,0</b>	<b>-19.603,2</b>	<b>-23.320,2</b>	<b>-23.752,1</b>	<b>-24.046,9</b>	<b>-24.257,8</b>	<b>-25.117,4</b>	<b>-25.359,5</b>	<b>-25.469,7</b>	<b>-24.510,4</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>21.440,2</b>	<b>21.290,2</b>	<b>21.199,4</b>	<b>21.090,2</b>	<b>20.957,2</b>	<b>16.753,9</b>	<b>16.515,0</b>	<b>16.282,0</b>	<b>16.045,2</b>	<b>15.822,3</b>	<b>15.546,0</b>	<b>15.345,9</b>	<b>15.097,6</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>108.968,1</b>	<b>103.041,9</b>	<b>101.615,1</b>	<b>101.976,2</b>	<b>98.974,4</b>	<b>101.927,8</b>	<b>97.307,0</b>	<b>94.740,1</b>	<b>92.158,2</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>84.541,6</b>	<b>80.266,4</b>	<b>79.552,6</b>	<b>80.080,9</b>	<b>78.904,7</b>	<b>80.385,9</b>	<b>76.578,4</b>	<b>74.635,5</b>	<b>72.913,1</b>	<b>75.010,9</b>	<b>74.827,5</b>	<b>71.695,2</b>	<b>73.009,0</b>
Euro	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0
Global US\$	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3
Global BRL	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4
Demais Títulos Externos	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>24.426,5</b>	<b>22.775,5</b>	<b>22.062,6</b>	<b>21.895,4</b>	<b>20.069,7</b>	<b>21.541,9</b>	<b>20.728,6</b>	<b>20.104,6</b>	<b>19.245,1</b>	<b>19.842,1</b>	<b>21.076,6</b>	<b>20.562,0</b>	<b>20.493,7</b>
Organismos Multilaterais	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5
<b>III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>2.005.656,5</b>	<b>2.020.876,7</b>	<b>2.021.550,7</b>	<b>2.042.674,3</b>	<b>2.136.558,9</b>	<b>2.051.815,4</b>	<b>2.091.471,6</b>	<b>2.152.633,4</b>	<b>2.238.068,8</b>	<b>2.278.555,2</b>	<b>2.282.226,4</b>	<b>2.268.478,5</b>	<b>2.277.659,7</b>
<b>DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>12</sup></b>	<b>66,1%</b>	<b>66,3%</b>	<b>66,3%</b>	<b>66,4%</b>	<b>68,2%</b>	<b>64,2%</b>	<b>64,0%</b>	<b>64,8%</b>	<b>66,3%</b>	<b>65,8%</b>	<b>65,2%</b>	<b>64,5%</b>	<b>63,9%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>12</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



**TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Ago/09	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/10
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.295.053,7</b>	<b>1.273.918,0</b>	<b>1.254.097,2</b>	<b>1.274.149,3</b>	<b>1.313.144,6</b>	<b>1.238.515,8</b>	<b>1.272.335,8</b>	<b>1.270.342,1</b>	<b>1.364.129,0</b>	<b>1.390.816,2</b>	<b>1.382.459,7</b>	<b>1.358.526,7</b>	<b>1.356.186,4</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>394.429,1</b>	<b>376.166,2</b>	<b>354.762,6</b>	<b>374.151,7</b>	<b>406.470,3</b>	<b>323.739,2</b>	<b>354.981,9</b>	<b>351.257,7</b>	<b>369.467,0</b>	<b>383.679,0</b>	<b>365.919,2</b>	<b>341.917,6</b>	<b>336.753,6</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>438.349,3</b>	<b>437.716,3</b>	<b>437.968,2</b>	<b>437.655,7</b>	<b>437.364,9</b>	<b>437.876,7</b>	<b>440.663,7</b>	<b>443.630,7</b>	<b>445.301,5</b>	<b>447.019,1</b>	<b>453.129,7</b>	<b>454.157,0</b>	<b>453.071,2</b>
Bônus Renegociados	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3
Antecipação de Royalties	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>213.996,7</b>	<b>215.177,2</b>	<b>216.904,5</b>	<b>218.294,6</b>	<b>220.960,1</b>	<b>220.090,4</b>	<b>220.930,6</b>	<b>221.178,7</b>	<b>221.766,6</b>	<b>223.810,4</b>	<b>225.674,4</b>	<b>225.638,7</b>	<b>228.499,5</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2
Fundos Constitucionais Regionais	48.918,0	49.366,7	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.133,8	55.734,2
Fundos Diversos	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>248.278,6</b>	<b>244.858,4</b>	<b>244.461,9</b>	<b>244.047,4</b>	<b>248.349,3</b>	<b>256.809,5</b>	<b>255.759,6</b>	<b>254.275,0</b>	<b>327.593,9</b>	<b>336.307,7</b>	<b>337.736,4</b>	<b>336.813,5</b>	<b>337.862,0</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7
Haveres de Operações Estruturadas	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2
Haveres Originários de Privatizações	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2
Haveres de Legislação Específica	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7
Demais Haveres Administrados pela STN	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>285,2</b>	<b>197,6</b>	<b>250,3</b>	<b>252,4</b>	<b>230,7</b>	<b>293,1</b>	<b>278,3</b>	<b>261,1</b>	<b>256,8</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.295.338,9</b>	<b>1.274.115,7</b>	<b>1.254.347,5</b>	<b>1.274.401,7</b>	<b>1.313.375,3</b>	<b>1.238.808,9</b>	<b>1.272.614,1</b>	<b>1.270.603,2</b>	<b>1.364.385,8</b>	<b>1.391.194,1</b>	<b>1.382.821,1</b>	<b>1.358.868,9</b>	<b>1.356.520,1</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1)</sup></b>	<b>42,7%</b>	<b>41,8%</b>	<b>41,1%</b>	<b>41,4%</b>	<b>41,9%</b>	<b>38,7%</b>	<b>39,0%</b>	<b>38,3%</b>	<b>40,4%</b>	<b>40,2%</b>	<b>39,5%</b>	<b>38,6%</b>	<b>38,1%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO AGOSTO 2010/2009 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	273.212,6	19.841,1	1.463,6	1.459,9	18.734,5	20.194,3	158.279,2	32.590,8	6.204,8	6.133,5	14.750,8	20.884,4
Senado Federal	47.287,9	13.278,5	2.506,0	2.493,4	5.511,0	8.004,4	60.063,0	16.048,7	3.229,6	3.229,6	5.893,4	9.123,0
Tribunal de Contas da União	41.069,8	5.818,2	1.530,8	1.530,8	11.659,0	13.189,8	59.523,7	33.274,9	6.178,8	6.178,8	21.050,6	27.229,4
Supremo Tribunal Federal	69.313,8	5.244,7	2.738,3	2.738,3	48.504,1	51.242,4	60.940,1	8.554,5	2.482,8	2.300,9	9.157,7	11.458,6
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	6.050,3	2.631,9	2.631,7	7.801,3	10.433,0	19.949,9	6.128,5	4.246,7	4.221,9	16.902,3	21.124,2
Justiça Federal <sup>3</sup>	287.019,5	292.311,8	246.395,5	246.253,9	95.481,2	341.735,1	360.506,3	380.602,5	298.336,7	298.117,9	109.876,9	407.994,8
Justiça Militar	10.765,7	4.387,8	598,3	596,5	1.653,2	2.249,7	9.484,0	3.680,8	829,7	826,0	3.943,8	4.769,8
Justiça Eleitoral	183.029,8	106.399,2	16.041,3	15.066,6	124.170,0	139.236,6	476.144,8	165.563,3	59.444,1	49.183,3	271.906,3	321.089,6
Justiça do Trabalho	223.249,0	70.506,7	21.238,2	20.669,2	114.019,2	134.688,5	189.482,7	75.686,8	30.632,2	23.045,4	84.072,2	107.117,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	62.996,0	31.115,0	6.347,3	5.720,4	15.273,3	20.993,8	46.936,2	9.598,5	4.958,4	4.368,0	25.816,2	30.184,1
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	46.253,0	5.005,6	3.506,7	3.505,0	40.512,0
Presidência da República <sup>4</sup>	2.049.799,5	547.179,7	96.105,1	93.743,3	487.324,6	581.067,9	1.965.183,6	659.363,2	137.670,8	127.447,5	410.840,4	538.287,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	389.268,3	121.813,8	14.027,8	9.735,7	21.840,4	31.576,1	764.103,8	94.611,9	58.635,4	58.263,5	248.414,6	306.678,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.081.468,4	103.470,5	26.727,1	21.795,7	263.765,4	285.561,1	1.560.232,8	718.328,7	84.901,4	54.162,9	272.690,7	326.853,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.435.209,6	684.890,7	359.713,9	259.999,9	312.817,6	572.817,6	1.917.160,8	813.902,3	284.635,7	256.336,4	300.041,6	556.378,0
Ministério da Fazenda	1.301.576,6	73.762,3	31.234,0	30.856,0	47.078,5	77.934,5	1.063.425,3	86.979,5	19.570,4	19.302,3	170.788,4	190.090,7
Ministério da Educação	4.987.354,3	1.129.821,9	394.258,4	337.152,5	1.259.883,3	1.597.035,9	7.226.955,5	3.119.782,8	1.191.799,3	1.108.438,9	2.777.507,2	3.885.946,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	153.653,0	13.615,1	9.704,7	9.637,9	9.877,8	19.515,7	316.168,1	29.789,7	4.730,1	4.404,2	13.002,5	17.406,6
Ministério da Justiça	886.250,3	276.332,0	59.533,3	43.337,2	302.438,9	345.776,2	1.285.721,1	245.818,9	71.007,1	68.173,2	307.567,5	375.740,7
Ministério de Minas e Energia	67.156,4	18.179,6	13.030,1	11.093,2	15.091,7	26.184,9	185.803,9	20.039,0	9.179,4	8.703,5	21.702,7	30.406,2
Ministério da Previdência Social	239.409,2	27.813,0	5.026,3	4.092,5	81.428,5	85.521,0	182.063,7	45.390,0	18.435,7	16.809,1	228.394,2	245.203,3
Ministério Público da União	135.112,1	17.415,8	2.613,5	2.578,8	77.891,3	80.470,1	161.765,6	23.817,3	5.190,4	5.137,4	81.381,3	86.518,7
Ministério das Relações Exteriores	97.416,0	15.696,6	12.947,7	12.947,7	1.693,5	14.641,2	163.000,0	20.619,8	16.606,2	16.606,2	3.323,2	19.929,4
Ministério da Saúde	3.785.279,2	379.362,0	157.996,5	156.562,5	894.326,7	1.050.889,2	4.702.061,7	1.626.121,6	338.356,0	335.283,2	1.189.307,0	1.524.590,3
Ministério do Trabalho e Emprego	70.592,3	2.240,4	559,2	550,2	11.949,0	12.499,2	44.422,3	4.911,7	1.601,3	1.544,2	25.846,1	27.390,3
Ministério dos Transportes	11.377.843,7	6.559.315,8	1.207.246,4	1.087.491,0	3.134.785,9	4.222.276,9	16.390.607,6	9.761.308,2	2.911.217,7	2.156.309,2	4.672.905,2	6.829.214,3
Ministério das Comunicações	82.929,8	3.883,4	544,4	544,3	19.016,4	19.560,6	46.941,4	11.984,0	2.867,6	2.866,4	14.178,9	17.045,3
Ministério da Cultura	225.866,2	40.447,6	4.692,9	4.684,9	49.616,3	54.301,2	450.417,3	134.120,6	23.955,2	23.556,4	52.029,3	75.585,6
Ministério do Meio Ambiente	122.117,7	7.814,7	3.123,6	3.121,2	25.621,4	28.742,7	109.337,2	14.541,7	3.054,1	2.817,2	27.083,3	29.900,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.139.572,0	860.733,3	455.193,4	455.143,6	283.651,5	738.795,0	1.878.372,4	903.414,4	354.121,6	349.641,3	363.304,3	712.945,6
Ministério do Esporte	1.006.699,9	9.697,5	413,3	413,3	85.772,0	86.185,2	1.353.415,3	496.484,3	13.820,0	13.820,0	210.845,2	224.665,2
Ministério da Defesa	5.324.215,3	2.049.610,6	888.814,5	874.311,6	1.075.689,6	1.950.001,2	9.628.045,3	4.290.937,5	2.402.032,2	2.342.632,3	1.811.302,4	4.153.934,6
Ministério da Integração Nacional	5.393.884,8	1.976.841,1	637.231,1	635.090,8	1.262.737,4	1.897.828,2	7.302.042,9	3.442.726,2	1.137.148,9	1.115.193,3	1.788.820,7	2.904.014,0
Ministério do Turismo	1.830.075,0	90.832,4	19.388,2	19.383,7	203.010,5	222.394,3	3.215.866,8	1.427.092,2	23.460,7	23.460,7	425.242,5	448.703,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	241.851,9	70.031,8	40.679,8	40.679,8	52.260,6	92.940,4	361.255,8	193.769,0	113.736,8	113.181,0	61.538,0	174.719,0
Ministério das Cidades	8.364.072,4	3.506.451,7	822.589,9	820.362,8	1.608.851,4	2.429.214,2	8.210.494,0	3.462.228,5	1.103.423,5	1.096.385,5	2.104.707,7	3.201.093,2
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	465.301,0	89.896,1	21.376,0	21.376,0	39.331,1	60.707,1
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	1.016,8	12,8	12,8	-	12,8
<b>TOTAL</b>	<b>54.001.003,3</b>	<b>19.142.206,7</b>	<b>5.564.886,1</b>	<b>5.234.470,9</b>	<b>12.031.227,1</b>	<b>17.265.698,0</b>	<b>72.441.500,7</b>	<b>32.475.730,7</b>	<b>10.772.596,5</b>	<b>9.742.974,6</b>	<b>18.222.473,1</b>	<b>27.965.447,8</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

<sup>4</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 8 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**AGOSTO / 2010**

### Comentários

Em agosto de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram um acréscimo de 34%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.778.691,0 (mil), ante R\$ 5.057.970,9 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Ago/2010	Ago/2010	Jan a Ago/2010
						Jul/2010	Ago/2009	Jan a Ago/2009	
FPM	2.466.990,7	2.869.923,3	24.856.505,7	2.586.462,5	3.466.376,2	26.389.900,6	34,0%	20,8%	6,2%
FPE	2.357.346,5	2.742.371,0	23.741.683,4	2.471.508,4	3.312.314,8	25.217.014,9	34,0%	20,8%	6,2%
IPI-Exp	161.799,3	174.592,0	1.404.244,0	260.558,5	252.120,3	1.828.478,7	-3,2%	44,4%	30,2%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%);

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
AGOSTO	+ 20 %	+ 34 %	+ 20 %	+ 34 %	-12 %	- 3 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	SET/AGO	OUT/SET	DEZ/NOV
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 19 %	+ 24 %	+ 11 %
IPI - EXP	+ 3 %	+ 23 %	- 11 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2010 a 20/08/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUL/3º DEC	2.081.398	9.383.230	11.464.628	AGO/1º DEC	1.971.916	2.063.633	166.512	<b>4.202.061</b>
AGO/1º DEC	693.852	1.749.127	2.442.979	AGO/2º DEC	420.192	439.736	55.508	<b>915.437</b>
AGO/2º DEC	376.254	4.973.783	5.350.037	AGO/3º DEC	920.206	963.007	30.100	<b>1.913.313</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.151.504</b>	<b>16.106.140</b>	<b>19.257.644</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.312.315</b>	<b>3.466.376</b>	<b>252.120</b>	<b>7.030.811</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- No mês foram realizadas e estão incluídas no demonstrativo acima a reclassificação dos Depósitos Judiciais de Dívida Ativa - Receitas do IR e IPI, regidos pela Lei nº 9.703/1998, recolhidos nos códigos 7525, 7688, 7690 e 7961, no período entre janeiro e julho de 2010, e a classificação por estimativa de receitas do IR e IPI decorrente de parcelamentos, arrecadadas no período de março a junho/2010. Os repasses correspondentes a estes eventos ocorreram em 19/08/10 e estão incluídos na linha do quadro acima correspondente às transferências do 2º decêndio de agosto;
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	16.843,1	113.314,3	25,8
ALAGOAS	AL	81.879,8	137.795,6	680,1
AMAZONAS	AM	50.742,6	92.426,8	2.718,2
AMAPÁ	AP	12.014,5	113.016,2	266,0
BAHIA	BA	314.653,4	311.231,7	13.013,7
CEARÁ	CE	179.680,7	243.021,2	2.084,1
DISTRITO FEDERAL	DF	5.604,0	22.861,6	326,1
ESPÍRITO SANTO	ES	59.513,9	49.684,7	12.046,0
GOIÁS	GO	126.230,0	94.172,4	3.934,2
MARANHÃO	MA	143.752,3	239.089,5	2.610,1
MINAS GERAIS	MG	453.889,9	147.547,1	33.364,4
MATO GROSSO DO SUL	MS	52.536,4	44.120,0	2.397,4
MATO GROSSO	MT	63.814,4	76.444,9	3.117,6
PARÁ	PA	125.587,0	202.448,7	13.757,2
PARAÍBA	PB	111.498,5	158.623,4	450,3
PERNAMBUCO	PE	173.441,4	228.556,3	1.487,9
PIAUI	PI	91.260,0	143.138,4	87,3
PARANÁ	PR	234.803,8	95.500,7	22.215,1
RIO DE JANEIRO	RJ	104.441,7	50.602,2	39.781,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	86.975,3	138.385,2	366,8
RONDÔNIA	RO	30.199,9	93.261,5	484,9
RORAIMA	RR	16.689,9	82.168,6	16,8
RIO GRANDE DO SUL	RS	234.713,0	77.998,4	30.101,3
SANTA CATARINA	SC	134.347,5	42.391,0	16.165,6
SERGIPE	SE	50.092,2	137.636,6	125,4
SÃO PAULO	SP	457.760,4	33.123,1	50.424,1
TOCANTINS	TO	53.410,5	143.754,5	72,0
<b>TOTAL</b>		<b>3.466.376,2</b>	<b>3.312.314,8</b>	<b>252.120,3</b>

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais  
 Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026  
 Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)